

## ASSIGNATURAS

Por um anno .....	10\$000
Por seis mezes .....	5\$600
Por tres mezes .....	3\$000
Avulso por folha .....	\$040
Anuncios, por linha .....	\$060

A correspondencia official da capital de Lisboa, na imprensa nacional, onde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações literarias, de que se receberem dois exemplares.

# DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Por um anno .....

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realizar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou comunicados, deve vir acompanhada da importancia das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

As pessoas que quiserem subscriver para o DIARIO DE LISBOA no 2.º trimestre do corrente anno podem dirigir-se á loja da venda do mesmo DIARIO, na rua Augusta n.º 224: os preços da assignatura são os seguintes:

Com estampilha .....

A correspondencia para as assignaturas deve ser dirigida á referida loja, estampilhada e acompanhada da respectiva quantia: Os srs. assignantes do 1.º trimestre, que não quiserem soffrer interrupção na remessa do DIARIO, deverão em tempo renovar a sua assignatura.

Na referida loja acham-se á venda colleções do DIARIO DO GOVERNO dos annos de 1833 até 1859, pelo preço de 3\$000 réis por colleção de cada um dos ditos annos.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

## PARTE OFFICIAL

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

3.ª Repartição

Pela direcção geral de instrução publica no ministerio do reino se não de prover, precedendo concurso de 60 dias, que principiará em 31 do corrente mez, perante o governador civil do districto de Faro, a cadeira de instrução primaria (1.º grau) da aldea do Azinhal; e perante os commissarios dos estudos dos respectivos districtos as cadeiras de Arancada e Cacia, no de Aveiro; Cera e Lavarrabos, no de Coimbra; Mizarella, freguezia de Gonçalo e Quintã de Poro Martins, no da Guarda; S. Saturnino de Faniões, no de Lisboa; Azinhal na freguezia do Olivai, no de Santarém; e Mondim de Basto, no de Villa Real; cada uma com o ordenado

anual de 90\$000 réis, pagos pelo thesouro publico, e 20\$000 réis pelas camaras municipais respectivas.

Os que pertenderem ser providos nas ditas cadeiras se habilitarão com certidão de idade de 21 annos completos; attestados de bom comportamento moral, civil e religioso, passados pelo parcho, pela camara municipal, e pelo administrador do concelho ou concelhos, onde tiverem residido os ultimos tres annos; certidão de folha corrida e de isenção do serviço militar, na conformidade da lei de 27 de julho de 1855; e documento por onde provem que não padecem molestia contagiosa; tudo reconhecido e sellado. E logo que finde o prazo acima marcado lhes será assignado dia e hora para os exames na forma do regulamento respectivo, e do programma já publicado.

Secretaria d'estado dos negocios do reino, 26 de março de 1860. — O conselheiro director geral, José Maria de Alreu.

## REPARTIÇÃO DE CONTABILIDADE

Para os effeitos do que trata o artigo 2.º da carta de lei de 24 de agosto de 1848, annuncia-se haver requerido por este ministerio Catharina Maria Rosa, viuva de Joaquim Gregorio da Silva Rato, o pagamento do que a este se ficara devendo como artista, que foi, aggregado á aula de pintura historica da academia de bellas artes de Lisboa.

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS

DIRECÇÃO GERAL DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS

1.ª Repartição

Em.ª e rev.ª sr. — Sua Magestade El-Rei ha por bem resolver que se abra concurso para o provimento da igreja parochial de Nossa Senhora dos Anjos d'esta cidade, observando-se quanto aos actos do concurso, o que se acha determinado na circular de 30 do agosto de 1841 (Diario n.º 205); e pelo que respeita ao prazo d'elle, o que se dispoz no aviso de 16 de novembro de 1849 (Diario n.º 273). O que o mesmo augusto senhor manda assim comunicar a v. em.ª, para seu conhecimento e mais effeitos.

Deus guarde a v. em.ª Paço das Necessidades, em 22 de março de 1860. — Em.ª e rev.ª sr. cardeal patriarcha de Lisboa. — João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

Secretaria d'estado — 1.ª Repartição

DOM PEDRO, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as cortes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º O governo é autorisado a fazer crear e emitir pela junta do credito publico inscrições de 3 por cento até á quantia de 1.000.000\$000 réis, em addicção á de 1.750.000\$000 réis, autorisada pelo artigo 3.º da carta de lei de 7 de junho de 1859, a fim de lhes ser dada a applicação designada na mesma carta de lei.

§ unico. O governo fará entregar á junta do credito publico, pelos cofres das alfandegas grande de Lisboa e do Porto, a somma correspondente aos juros dos titulos de divida fundada que se emitirem em virtude da presente lei.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario. Mandamos portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e guardem, e façam cumprir e guardar, tão inteiramente como n'ella se contém.

O ministro secretario d'estado dos negocios da fazenda a faça imprimir, publicar e correr. Dada no paço das Necessidades, aos 27 de março de 1860. — EL-REI, com rubrica e guarda. — José Maria do Casal Ribeiro. — Logar do sello grande das armas reais.

Carta de lei, pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das cortes geraes de 12 do corrente mez, que autorisa o governo a fazer crear e emitir pela junta do credito publico inscrições de 3 por cento até á quantia de 1.000.000\$000 réis, e bem assim a fazer entregar á mesma junta, pelos cofres das alfandegas grande de Lisboa e do Porto, a somma correspondente aos juros dos titulos de divida fundada que se emitirem em virtude da presente lei, manda cumprir e guardar o mesmo decreto como n'ella se contém, pela forma retró declarada. — Para Vossa Magestade ver. — João Augusto Zuzarte a fez.

DOM PEDRO, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as cortes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º O governo é autorisado a prorogar até 31 de janeiro de 1861 os prazos estabelecidos no artigo 8.º e seus §§ da carta de lei de 29 de julho de 1854 para a troca e giro das moedas de ouro e prata, mandadas retirar da circulação pela mesma lei.

Art. 2.º É tambem renovado até 31 de janeiro de 1861 o beneficio concedido aos particulares, bancos e associações pelo artigo 2.º da lei de 24 de abril de 1855.

Art. 3.º O governo é relevado de qualquer responsabilidade em que incorresse pelas providencias que tomou sobre a continuacão do giro e troca das moedas de ouro e prata, mandadas retirar da circulação.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandamos portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e guardem, e façam cumprir e guardar, tão inteiramente como n'ella se contém.

O ministro secretario d'estado dos negocios da fazenda a faça imprimir, publicar e correr. Dada no paço das Necessidades, aos 27 de março de 1860. — EL-REI, com rubrica e guarda. — José Maria do Casal Ribeiro. — Logar do sello grande das armas reais.

Carta de lei, pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das cortes geraes de 12 do corrente mez, que autorisa o governo a prorogar até 31 de janeiro de 1861 os prazos estabelecidos no artigo 8.º e seus §§ da lei de 29 de julho de 1854 para a troca e giro das moedas, que pela mesma lei foram mandadas retirar da circulação; renova pelo mesmo prazo o beneficio concedido aos particulares, bancos e associações pelo artigo 2.º da lei de 24 de abril de 1855; e releva o governo de qualquer responsabilidade em que incorresse pelas providencias que tomou sobre a continuacão do giro e troca das referidas moedas; manda cumprir e guardar o mesmo decreto como n'ella se contém, pela forma retró declarada. — Para vossa Magestade ver. — João Augusto Zuzarte a fez.

## DIRECÇÃO GERAL DE CONTABILIDADE

2.ª Repartição

Havendo cessado os motivos que promoveram a providencia adoptada pela portaria de 20 de janeiro

## RECEITA E DESPEZA EM DINHEIRO, EFFECTUADA PELOS COFRES ABAIXO MENCIONADOS, NO MEZ DE FEVEREIRO DE 1860

RECEITA			
Saldo do mez de janeiro de 1860 .....	78:607\$291		
<b>Rendimentos arrecadados</b>			
Pelo cofre da thesauraria do ministerio da fazenda (conforme o desenvolvimento junto) .....	258:374\$117		
» da alfandega grande .....	196:046\$513		
» da alfandega municipal .....	84:186\$742		
» da casa da moeda .....	11:905\$877		
» do correio geral .....	15:761\$592		
» da administração geral do pescado .....	1:988\$945		
	568:863\$726		
<b>Operações de thesauraria</b>			
Pelo cofre da thesauraria do ministerio da fazenda (conforme o desenvolvimento junto) .....	520:882\$636		
» do correio geral .....	2:651\$910	523:534\$606	1:092:398\$332
			1:171:005\$623
DESEPEZA			
Ministerios			
» do reino (conforme o desenvolvimento junto) .....	54:054\$900		
» da fazenda (idem) .....	153:185\$492		
» da justiça (idem) .....	13:820\$617		
» da guerra (idem) .....	132:804\$692		
» da marinha (idem) .....	58:954\$910		
» dos estrangeiros (idem) .....	2:436\$073		
» das obras publicas (idem) .....	97:957\$845		
	513:215\$408		
Junta do credito publico (idem) .....	266:169\$900	779:385\$308 (a)	
Operações de thesauraria (idem) .....	126:736\$401	906:121\$709	
Saldo que passou para o 1.º de março de 1860 .....			264:883\$914

## DESENVOLVIMENTOS DA RECEITA EM DINHEIRO DO COFRE DA THESAURARIA DO MINISTERIO DA FAZENDA, NO MEZ DE FEVEREIRO DE 1860

RENDIMENTOS			
Contrato geral do tabaco			
Importancia dos dois quintos pertencentes á fazenda, da prestação de fevereiro de 1860, para juros e amortização do emprestimo de 4.000.000\$000 réis, paga pela mesada de janeiro do dito contrato .....	3:972\$430		
Idem da prestação de fevereiro de 1860, pertencente ao banco de Portugal, para os referidos juros e amortização, paga pela mesada do contrato de janeiro do dito anno .....	21:027\$570		
Idem dita por conta das consignações da junta do credito publico .....	60:000\$000	85:000\$000	
Decimas .....	171:049\$890		
Emolumentos .....	71\$100		
Imposto para amortização de notas .....	7\$451		
Juros de bondes e inscrições pertencentes ao caminho de ferro .....	52\$500		
Juros diversos .....	7\$255		
Reposições por ministerios .....	13\$550		
Sello .....	1:540\$000		
Venda de proprios .....	632\$511	258:374\$117	
OPERACÕES DE THESAURARIA			
Banco de Portugal — emprestimo por lei de 8 de maio de 1855 .....	20:480\$312		
Depositos .....	\$061		
Letras a desconto ou cobrança .....	126:301\$490		
Operação por lei de 16 de abril de 1855 .....	150\$000		
<b>Supplementos</b>			
Importancia de supplementos feitos por diversos, sendo 154:900\$000 réis ao premio de 6 1/2 por cento ao anno, e 8:569\$933 réis sem vencimento de juro .....	163:459\$933		
Transacções de notas do banco de Lisboa .....	2:182\$800		
<b>Transferencias de fundos</b>			
Des cofres contras de diversos districtos .....	65:828\$100		
Do cofre da agencia em Londres .....	85:500\$000	151:328\$100	
Venda de inscrições .....	56:980\$000	520:882\$636	
			779:256\$813
RESUMO			
Rendimentos .....	258:374\$117		
Operações de thesauraria .....	520:882\$636		
			779:256\$813

## DESENVOLVIMENTOS DA DESPEZA EM DINHEIRO PAGA PELOS DIVERSOS COFRES EM LISBOA, NO MEZ DE FEVEREIRO DE 1860

MINISTERIO DA FAZENDA			
ENCARGOS GERAES			
<b>Dotações da familia real</b>			
Dotação de Sua Magestade El-Rei D. Pedro V, mezada de janeiro de 1860 .....	23:395\$334		
Idem de Sua Magestade El-Rei D. Fernando, dito .....	5:833\$333		
Idem de sua alteza o senhor infante D. Luiz, dito .....	1:333\$333		
Idem de sua alteza o senhor infante D. João, dito .....	233\$333		
Idem de sua alteza o senhor infante D. Augusto, dito .....	233\$333		
Idem de sua alteza o senhor infante D. Antonio, dito .....	233\$333		
Idem de sua magestade imperial, dito .....	1:666\$666		
Idem da serenissima senhora infanta D. Isabel Maria, dito .....	1:666\$666	34:829\$164	
<b>Cortes</b>			
Despeza da camara dos dignos pares no mez de janeiro de 1860 .....	1:500\$000		
Idem da camara dos srs. deputados .....	5:900\$000	7:400\$000	
<b>Juros e amortizações a cargo do thesouro</b>			
Juros e premios na taxa de 3 1/2 por cento ao anno de emprestimos feitos ao governo, e da reforma de outros que se venceram no dito mez	15:299\$065		
Commissões e corretagens .....	1:809\$750		
Premios de transferencia de fundos .....	117\$870		
Juros e amortização do emprestimo para melhoramentos no theatro de S. Carlos .....	204\$163		
Juros e amortização do emprestimo de 4.000 contos de réis, prestação de fevereiro de 1860 .....	21:027\$570	38:458\$418	
<b>Classes inactivas</b>			
Vencimentos de classes inactivas de consideração e não consideração, respectivos a diversos mezes .....		20:870\$169	
<b>Diversos encargos</b>			
Importancia pertencente á misericórdia de Lisboa, dos emolumentos cobrados na alfandega grande de Lisboa, que entrou no cofre da receita geral no mez de fevereiro de 1860 .....	335\$950		
Vencimentos da guarda real dos archieiros, respectivos ao mez de janeiro de 1860 .....	278\$184		
Restituições de rendimentos indevidamente arrecadados .....	1:197\$957	1:872\$091	
			103:429\$542
SERVIÇO PROPRIO			
<b>Secretaria d'estado</b>			
Vencimentos do mez de janeiro de 1860 .....	837\$707		
Despesas diversas .....	30\$100	867\$807	
<b>Thesouro publico</b>			
Vencimentos de diversos mezes .....	3:581\$315		
Despesas diversas .....	767\$600	4:348\$915	
<b>Tribunal de contas</b>			
Vencimentos do mez de janeiro de 1860 .....		3:462\$403	
<b>Procuradoria geral da fazenda</b>			
Vencimentos do mez de janeiro dito .....		259\$106	
<b>Alfandegas</b>			
Vencimentos do mez de janeiro dito aos empregados da alfandega grande e municipal, e da administração geral do pescado .....	4:584\$157		
Despesas com a fiscalização das alfandegas e administração geral do pescado .....	21:424\$903		
Despesas de alfandegas menores .....	1:670\$719	27:679\$779	
<b>Administração geral da casa da moeda e papel sellado</b>			
Vencimentos do mez de janeiro dito .....	589\$250		
Ferías .....	806\$390		
Material e despesas de expediente .....	140\$335		
Commissão aos vendedores de papel sellado .....	26\$023	1:561\$995	
<b>Repartições de fazenda</b>			
Vencimentos do mez de janeiro dito, dos empregados da repartição de fazenda do districto de Lisboa .....	340\$650		
Quotas aos extractores de fazenda no referido districto, respectivas a diversos mezes .....	743\$546		
Despesas com impressos e outras para serviço da mesma repartição .....	2:090\$390	3:174\$586	
<b>Empregados addidos de repartições extinctas</b>			
Vencimentos do mez de janeiro dito .....		410\$814	
<b>Diversas despesas</b>			
Despesas com os lançamentos da decima, cobrança do imposto de transmissão, gratificações a empregados por trabalhos extraordinarios, e outras a cargo d'este ministerio .....	2:786\$454		
			147:981\$764
DESEPEZA EXTRAORDINARIA			
Vencimentos dos officiaes inglezes que serviram na guerra peninsular	750\$110		
Fóros em divida .....	40\$000		
Varias restituções .....	604\$588		
Importancia por conta do preço por que foi comprada a livreria do bispo do Porto, D. João de Magalhães e Avellar .....	250\$000		
			1:704\$698
			147:981\$764

Importancia paga á companhia dos canaes de Azambuja por conta da somma a que se refere a carta de lei de 28 de novembro de 1859. Dotação de Sua Magestade El-Rei D. Pedro V — importancia por conta do donativo feito pelo mesmo augusto senhor, para sustento dos orphãos que ficaram por occasião da febre amarella .....	1:704\$698	147:981\$764
	1:000\$000	
	2:500\$000	5:204\$698
		153:186\$462

OPERACÕES DE THESAURARIA			
Banco de Portugal — conta do emprestimo por lei de 8 de maio de 1855 .....	16:675\$670		
Banco de Portugal — conta do fundo com applicação ao emprestimo de 4 de agosto de 1856 .....	5:967\$882		
Escriptos de emprestimos sobre penhores .....	18:300\$000		
Letras e bilhetes para pagar .....	6:387\$368		
Letras e bilhetes para receber .....	3:232\$960		
Prata para amodar .....	9:872\$740		
<b>Supplementos</b>			
Supplementos a diversos cofres nos districtos .....	41\$640		
Ditos feitos ao thesouro por diversos .....	36:849\$750		
Dito por encontro nos direitos do tabaco despachado na alfandega grande de Lisboa .....	12:418\$819		
Dito do cofre de depositos da alfandega grande .....	4:000\$000	53:304\$249	
Transacções de notas .....		2:182\$800	
<b>Transferencias de fundos</b>			
Fundos transferidos para diversos cofres .....	980\$000		
Vales do correio .....	10:132\$802	136:736\$401	
			279:922\$863

MINISTERIO DO REINO			
<b>Secretaria d'estado</b>			
Vencimentos do mez de janeiro de 1860 .....			2:163\$390
<b>Conselho d'estado</b>			
Vencimentos do mez de janeiro dito .....			1:542\$480
<b>Governos civis</b>			
Vencimentos do mez de janeiro dito .....	891\$465		
Despesas de policia no porto de Lisboa .....	33\$320		924\$785
<b>Instrução publica</b>			
Vencimentos do mez de janeiro dito .....	5:277\$280		
Despesas diversas .....	75\$215		
Prestação do theatro de D. Maria II .....	500\$000		
Despesas do theatro de S. Carlos .....	2:157\$000		8:009\$485
<b>Estabelecimentos scientificos, litterarios e industriaes</b>			
Vencimentos do mez de janeiro dito .....	743\$225		
Diversas despesas .....	523\$880		
Prestação para a publicação da obra — quadro elementar das relações politicas e diplomaticas, e dos documentos historicos de Portugal, desde o viii até ao xv seculos .....	500\$000		1:767\$185
<b>Saude publica</b>			
Vencimentos de diversos mezes .....			1:268\$500
<b>Subsidios a municipalidades</b>			
Consiguação á camara municipal de Lisboa .....			12:820\$000
<b>Soccorros a estabelecimentos de beneficencia</b>			
Vencimento do mez de janeiro dito, do secretario do conselho geral de beneficencia .....	37\$500		
Consiguações para despesas dos ditos estabelecimentos .....	11:752\$679		11:790\$179
<b>Guardas municipaes</b>			
Soldos do mez de janeiro dito, aos officiaes da guarda municipal de Lisboa .....	935\$020		
Pret e forragens á dita guarda da 2.ª quinzena de janeiro de 1860, e 1.ª de fevereiro dito .....	11:625\$400		12:560\$440
<b>Diversas despesas</b>			
Subsidios a estrangeiros emigrados .....	187\$365		
Despesa de policia preventiva .....	899\$000		
Despesa com impressos .....	100\$000		
Diversas despesas .....	21\$600		1:208\$565
	Total .....		54:054\$390
<b>MINISTERIO DA JUSTIÇA</b>			
<b>Secretaria de estado</b>			
Vencimentos do mez de janeiro de 1860 .....			1:546\$580
<b>Dioceses do reino</b>			
Vencimentos do mez de janeiro dito .....	3:120\$725		
Despesas da fabrica da sé patriarchal .....	160\$000		3:280\$725
<b>Supremo tribunal de justiça</b>			
Vencimentos do mez de janeiro dito .....	1:708\$635		
Diversas despesas .....	121\$350		1:830\$000
			6:657\$280



Tribunaes de segunda instancia			Transporte.....	6:557,235	Officiaes em disponibilidade	Transporte.....	118:045,894
Vencimentos do mez de janeiro dito.....			3:588,840		Vencimentos do mez de janeiro dito.....		
Diversas despesas.....			157,475	3:746,585	Officiaes sem accesso e reformados		
Juizes de primeira instancia				413,167	Vencimentos.....		
Vencimentos de diversos mezes.....					Diversas despesas.....		
Ministerio publico				239,840	Despesa extraordinaria		
Vencimentos do mez de janeiro dito.....					Rendas de predios occupados pelas linhas de defeza da capital.....		
Sustento de presos				2:221,790	Total.....		
Despesa com o sustento de presos das cadeias de Lisboa.....					MINISTERIO DA MARINHA		
Diversas despesas				492,000	Secretaria d'estado		
Despesa extraordinaria				13:770,617	Vencimentos.....		
Subsidios a religiosas.....				50,000	Officiaes militares e civis		
Total.....				13:820,617	Vencimentos.....		
MINISTERIO DA GUERRA					Soldados.....		
Secretaria de estado				5:506,690	Armamento naval		
Vencimentos do mez de janeiro de 1860.....				162,000	Vencimentos.....		
Despesas diversas.....				5:668,690	Soldados e pret.....		
Estado maior do exercito				6:048,000	Fornecimento de viveres.....		
Soldos do mez de janeiro dito.....				66,666	Arsenal da marinha		
Despesas diversas.....				6:114,666	Vencimentos.....		
Divisões e commandos militares				583,000	Soldados.....		
Soldos do mez de janeiro dito.....					Material.....		
Corpos das diversas armas				32:998,305	Ferias.....		
Soldos do mez de janeiro dito.....				32:465,839	Diversas despesas.....		
Pret de duas quinzanas aos corpos da 1.ª divisão militar.....				13:756,686	Cordaria nacional		
Fornecimento de viveres.....				2:136,267	Vencimentos.....		
Diversas despesas.....				81:357,097	Ferias.....		
Governos de praças				3:586,500	Diversos estabelecimentos		
Soldos do mez de janeiro dito.....				829,357	Vencimentos.....		
Fornecimento de viveres.....				18,066	Despesas diversas		
Diversas despesas.....				4:438,823	Vencimentos.....		
Estabelecimentos de instrucção				1:491,800	Officiaes reformados		
Vencimentos do mez de janeiro dito.....				793,221	Vencimentos.....		
Despesas diversas.....				2:285,021	Despesa extraordinaria		
Repartições civis				2:436,530	Depositos do ultramar		
Vencimentos do mez de janeiro dito.....				7:854,113	Total.....		
Ferias.....				112,785	MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS		
Fornecimento de viveres.....				20,000	Secretaria d'estado		
Diversas despesas.....				10:423,428	Vencimentos do mez de janeiro de 1860.....		
Officiaes em commissões				1:505,445	Corpo consular		
Vencimentos do mez de janeiro dito.....					Vencimentos do mez de janeiro dito, e despesas do consulado em Tanger.....		
Corpos sedentarios				5:069,400	Despesas eventuaes		
Vencimentos do mez de janeiro dito.....				463,038	Gratificação aos empregados da commissão mixta portugueza e hespanhola.....		
Fornecimento de viveres.....				142,266	Vencimentos de empregados do corpo diplomatico.....		
Diversas despesas.....				5:674,704	Total.....		
Total.....				118:045,894			

Relação n.º 45, com referencia ao districto de Guarda, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue á interessada, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

NUMERO DO TITULO	REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO					OBSERVAÇÃO
	DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOME DA AGRACIADA	
11:810			Pensões	38	D. Vicencia Benedicta Metello Freire Corte Real.....	Pensões de consideração

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 26 de março de 1860. — Alexandre José da Silva e Almeida.

Relação n.º 59, com referencia ao districto de Bragança, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue ao interessado, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

NUMERO DO TITULO	REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO					OBSERVAÇÃO
	DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOME DA AGRACIADA	
11:811			Pensões	16	Angelo do Menino Jesus, egrosso.....	Prestacionado

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 27 de março de 1860. — Alexandre José da Silva e Almeida.

#### MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA  
Repartição do commercio e industria  
1.ª Secção

Mappas do movimento commercial entre Portugal e seus dominios e o porto de Southampton, no anno de 1859, os quaes fazem parte do officio do consulado geral de Portugal no reino unido da Gran-Bretanha, publicado no *Diario de Lisboa*, n.º 71

IMPORTAÇÃO				
OBJECTOS	UNIDADES	QUANTIDADES	VALOR EM MOEDA DO PAIZ LIBRAS	VALOR APROXIMADO EM REIS
Moeda e prata em barras.....	caixas	365	158:724	714:258,000
Larajas.....		19:862	19:862	89:379,000
Limões.....		2:340	3:555	15:997,500
Batatas.....	varios	5:516	3:792	17:064,000
Conservas.....	caixas	353	2:874	12:933,500
Vinho.....	pipas	168	2:905	10:372,500
Cebolas.....	volumes	21	17	76:500
Tapioca.....	caixas	150	500	27:900,000
Dentes de elephante.....		4:674	1:424	6:408,000
Alcofas.....	volumes	712	424	1:908,000
Estreiras.....		1:133	3:399	15:299,500
Urzella.....	fardos	4	20	90:000
Cera.....	barris	70	350	1:575,000
Gomma copal e arabica.....	caixas	41	175	787,500
Chapéus.....	volumes	107	436	1:962,000
Cobres.....	caixas	1:246	1:246	5:607,000
Fructa.....	volumes	16	160	720,000
La.....		1:889	3:778	17:001,000
Amendoadas.....		2	30	135,000
Bezerrros.....		365	673	3:028,500
Nozes do Maranhão.....	sacos	74	390	1:755,000
Varios artigos.....	volumes	7	1:910	8:595,000
Pelras preciosas.....	caixas			
		39:387	212:094	954:423,000

EXPORTAÇÃO				
OBJECTOS	UNIDADES	QUANTIDADES	VALOR EM MOEDA DO PAIZ LIBRAS	VALOR APROXIMADO EM REIS
Fazendas de lã.....	caixas	552	38:036	171:163,000
Ditas de algodão.....		615	25:581	115:114,500
Ditas de linho.....		32	1:372	6:174,000
Fato.....	fardos	221	8:217	36:976,500
Cutalaria.....		270	3:987	17:950,500
Papel, livros, etc.....	caixas	128	2:719	12:335,500
Drogas.....		433	6:261	28:174,500
Joleiros.....		23	1:479	6:655,500
Chá.....		42	227	1:021,500
Azougue.....	varios	240	1:591	7:159,500
Queijos.....	caixas	70	475	2:137,500
Perfumarias.....		15	262	1:179,000
Sedas.....		102	13:822	62:139,000
Tintas.....		372	17:649	79:339,500
Verniz etc.....	varios	108	400	1:800,000
Buzios.....	caixas	141	995	4:477,500
Couros.....		200	5:052	22:734,000
Louça.....	varios	14	703	3:163,500
Espingardas.....	caixas	3	42	189,000
Cigarretes.....		20	145	652,500
Cabo.....		4	7	31,500
Cervella.....		12	26	117,500
Tartaruga.....		21	493	2:218,500
Instrumentos de varias sortes.....		21	1:338	6:021,000
Bote de salva-vidas.....		1	300	1:350,000
Vinho.....		8	26	117,000
Cavallos.....		10	1:800	5:850,000
Vidros.....	caixas	21	595	2:677,500
Manteiga.....		153	563	2:530,000
Cera.....		210	430	1:935,000
Varios artigos.....	varios	123	1:267	5:701,505
Moeda (ouro e prata).....	caixas	92	362:244	1:630:098,000
		4:247	497:595	2:239:186,500

#### Movimento por bandeira

IMPORTAÇÃO			
QUALIDADE DA BANDEIRA	NUMERO DE NAVIOS	TONELAGEM	TRIPULAÇÃO
Ingleza.....	50	15:613	2:669

PROCEDENCIA		NUMERO DE NAVIOS
PORTOS DA PROCEDENCIA		
Lisboa.....		48
S. Miguel.....		1
Madeira.....		1
		50

Destino		NUMERO DE NAVIOS
PORTOS DE DESTINOS		
Lisboa.....		48
Madeira.....		5
S. Vicente.....		1
		54

Vice-consulado de Portugal em Southampton, em 31 de dezembro de 1859.

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 23 de março de 1860. — João Palha de Faria Lacerda.

#### REPARTIÇÃO CENTRAL

DOM PEDRO, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as cortes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º E o governo autorisado a permitir a livre entrada do trigo e centeio, em grão, pelos portos secos e molhados do reino, até ao dia 30 de junho do corrente anno, tendo ouvido previamente os governadores civis dos districtos, e o conselho geral do commercio, agricultura e manufacturas.

§ 1.º Os cereaes importados em virtude d'esta lei ficam sujeitos aos mesmos direitos de consumo que pagarem os generos similares nacionaes.

§ 2.º Depois de terminado o praso da livre admissão, que houver de ser decretado em virtude d'esta lei para qualquer das especies de cereaes mencionadas no artigo 1.º, serão estes ainda livremente admittidos, quando se provar que saíram directamente dos portos da sua procedencia para os do reino, com a anticipação necessaria para chegarem dentro do mencionado praso, no caso de uma viagem regular. O governo decidirá sobre a applicação das disposições d'esto paragraho, ouvido o conselho geral do commercio, agricultura e manufacturas.

Art. 2.º O governo fará publicar no *Diario de Lisboa*, semanalmente, a quantidade e qualidade de cereaes estrangeiros admittidos a consumo na semana anterior.

Art. 3.º O governo dará conta ás cortes, na proxima sessão, do uso que fizer da autorisação concedida por esta lei.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrario.

Vencimentos de correios da secretaria e pensão a Thomas de Cattaneo.....	305,000	1:033,062
Diversas despesas.....	91,366	1:403,011
Total.....	1:006,366	2:436,073

#### MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

Administração central			305,000	1:033,062
Vencimentos do mez de janeiro de 1860.....			91,366	1:403,011
Estradas				
Credito extraordinario por carta de lei de 7 de junho de 1859.....				41:000,000
Caminhos de ferro				
Diversas despesas.....				4:888,060
Telegraphos electricos				
Despesas diversas.....				6:171,895
Diversas obras				
Despesas com varias obras.....			10:500,000	16:500,000
Melhoramentos da cidade.....			6:000,000	
Trabalhos geodesicos				
Vencimentos do mez de janeiro de 1860, e despesas com os trabalhos geodesicos, geologicos, chorographicos, hydraulicos, e secção de minas.....				4:243,816
Estabelecimentos de instrucção				
Vencimentos do mez de janeiro dito.....				3:000,000
Correio geral				
Vencimentos e despesas da administração geral dos correios.....				12:366,087
Despesas diversas				
Diversas despesas.....				7:109,778
Total.....				97:957,845

#### JUNTA DO CREDITO PUBLICO

Consignações para os encargos da junta.....	263:918,700	
Para amortisação de notas do banco de Lisboa.....	2:251,200	266:169,900

Direcção geral da thesouraria do ministerio da fazenda, em 26 de março de 1860. — Joaquim José do Nascimento Lupi.

#### ESTADO DA DIVIDA DO THESOURO, PROVENIENTE DE DIVERSAS OPERAÇÕES

Divida em 31 de janeiro de 1860.....	1:618:274,815
Dita contrahida em fevereiro dito.....	45:800,000
Dita paga no dito mez.....	98:200,000
Diminuição.....	52:400,000
Reis.....	1:565:874,815



habilidade para com a fazenda, na qualidade que representam; e não por livres e desembaraçadas quaisquer fianças que o fallecido exactor houvesse prestado para segurança e garantia da mesma fazenda, com relação á gerencia de que foi incumbido.

Tribunal de contas, 20 de março de 1860.—Lobo, relator.—Paiva Pereira—Correia Caldeira—Sampaio.—Fui presente, Blanc.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, em 24 de março de 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.

#### DIRECÇÃO GERAL DOS TELEGRAPHOS DO REINO

Por esta direcção se annuncia que do dia 28 do corrente mez em diante se achará aberta para as recepções e transmissões do serviço official, e annuncios dos particulares, tanto nacionaes como estrangeiros, a estação telegraphica de Chaves.

Direcção geral dos telegraphos do reino, 27 de março de 1860.—O director geral, José Bernardo da Silva.

#### ASYLO DA MENDICIDADE

Hoje, depois das dez horas e meia da manhã, se disse uma missa resada, na igreja d'este pio estabelecimento, pela alma da ex.<sup>ma</sup> sr.<sup>a</sup> D. Maria do Carmo Faria Bessone, esposa do ill.<sup>mo</sup> sr. Thomás Maria Bessone, a que assistiram o mesmo sr. Bessone, sua ex.<sup>ma</sup> familia, alguns dos seus amigos e parentes; a administração do asylo, os seus empregados, e asylos de ambos os sexos, a quem, depois do meio dia, se serviu um jantar do carne á custa do sr. Bessone, e para o que se dignou offerecer a esmola de 38\$400 réis em metal, como tão louvavelmente tem praticado nos annos anteriores.

Lisboa, 26 de março de 1860.

#### CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A camara municipal de Lisboa, vendo annunciada no *Diário de Lisboa* n.º 64, de 19 do corrente, (annunciação n.º 3) a arrematação no dia 28 d'este mez, no tribunal da Boa Hora, de diversas propriedades situadas na Praia de Santos, fôrças á casa do ex.<sup>mo</sup> marquez de Abrantes em 70\$000 réis; faz saber que aquellas propriedades vão ser expropriadas por utilidade publica, a fim de se realisar o prolongamento da nova rua—24 de Julho—até á rua das Janellas Verdes, na conformidade do disposto na portaria do ministerio do reino, de 12 de abril de 1859. O que a camara faz constar para que não

#### ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE VILLA REAL

Mapa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio de Villa Real, no mez de fevereiro de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS	SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTRADAS	
	CARTAS	JORNALS E IMPRESSOS	CARTAS	JORNALS E IMPRESSOS	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DE VILLA REAL						
De posta interna.....	—	—	—	—	—	—
Do reino e ilhas.....	2.719	2.810	98	61	1.205	3
De Hespanha.....	—	—	55	—	—	—
D'alem dos Pyreneos.....	—	—	2	—	—	—
Das provincias ultramarinas.....	—	—	1	—	—	—
De portos estrangeiros, por navios.....	—	—	—	—	—	—
De Inglaterra, pelos paquetes.....	—	—	1	—	—	—
Do Mediterraneo, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
Dos portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	—	—	95	1	—	—
PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILHAS, ULTRAMAR E PAISES ESTRANGEIROS						
Para terras do reino e ilhas.....	3.260	23	97	—	1.231	6
Para Hespanha.....	—	—	123	—	—	—
Para alem dos Pyreneos.....	—	—	—	—	—	—
Para as provincias ultramarinas.....	—	—	—	—	—	—
Para o Brazil, por navios.....	—	—	48	—	—	—
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	—	—	51	—	—	—
Para Inglaterra, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
	6.079	2.333	569	62	2.436	9
No mez de fevereiro de 1859 o movimento da correspondencia foi	6.055	2.046	657	23	2.231	12

Nas correspondencias para terras do reino e ilhas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as de Villa Real, e as que de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio de Villa Real, em 3 de março de 1860.—O administrador, João Guedes de Carvalho e Menezes.

## PARTE NÃO OFFICIAL

### CORTES

#### CAMARA DOS DIGNOS PARES

Discursos pronunciados pelo digno par do reino marquez de Vallada, por occasião da interpegação por elle dirigida ao governo, relativamente ao trafico da moeda falsa, na sessão de 24 de fevereiro de 1860

O sr. Marquez de Vallada:—sr. presidente, estava annunciada para hoje a minha interpegação sobre o negocio da moeda falsa; desde o momento que a annunciei, logo manifestei ao sr. ministro da justiça e á camara, a necessidade que tinha de que se achasse tambem presente na occasião em que a dita minha interpegação houvesse de verificar-se, o illustre ministro o sr. duque da Terceira, como encarregado do ministerio dos negocios estrangeiros, pois desejava fazer algumas perguntas a s. ex.<sup>a</sup>, e eu vou mostrar á camara uma das razões, em que me fundava, para requerer a presença do nobre ministro dos negocios estrangeiros o sr. duque da Terceira, n'esta occasião.

O sr. duque da Terceira não se acha presente, e a ausencia de s. ex.<sup>a</sup> é para mim um embarço. Compreendo-o a camara e comprehendo-o todos.

Sabe a camara e o paiz que um ministro estrangeiro foi accusado publicamente de connivente e protector dos moedeiros falsos: este facto é grave; todos os homens de bom juizo lhe dão a importancia que elle merece. N'estes termos e tendo em vista este acontecimento, e para referir-me a taes factos, careria pedir explicações a s. ex.<sup>a</sup>, e necessitava referir-me a tratados e notas dirigidas pela legação do Brazil, ao governo de El-Rei meu senhor.

É tambem claro que precisava da presença de s. ex.<sup>a</sup> o sr. ministro da justiça para o interrogar sobre a marcha de todo este negocio, suas differentes phases, etc., na parte que tem relação com o ministerio da justiça, e fazer por essa occasião as considerações que julgasse convenientes, e estou certo que s. ex.<sup>a</sup> responderia satisfatoriamente por tudo que tem relação com o ministerio a seu cargo, mas talvez que s. ex.<sup>a</sup> não podesse, por não estar autorisado, responder tão satisfatoriamente por tudo o que tenho a interroga-lo, e que tem relação com o ministerio dos negocios estrangeiros, a cargo do sr. duque da Terceira.

O sr. Marquez de Vallada:—sr. presidente, quando se fazia n'esta camara alguma interpegação, no tempo em que a pasta do reino era dirigida pelo sr. Rodrigo da Fonseca Magalhães; s. ex.<sup>a</sup>, como homem de talento, não duvidou muitas vezes tomar sobre si a responsabilidade de responder por alguns de seus collegas. Pareceu-me que em questões mais importantes sempre ou quasi sempre s. ex.<sup>a</sup> tinha a cautela de dizer que estava autorisado pelo seu collegas, para dar uma resposta ao par que o interpellava. Hoje, porém, o sr. ministro da justiça, respondendo com toda

possam allegar ignorancia os individuos que pertenciam a lançar nas citadas propriedades.

Camara, 26 de março de 1860.—O escripto da camara, Nuno de Sá Pamplona.

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

O conselho de administração de marinha ha de contratar em hasta publica, na sala das suas sessões, nos dias abaixo mencionados, pelo meio dia, o seguinte:

No dia 29 do corrente a compra de uma pipa de aguardente de prova.

No dia 31 o transporte das madeiras cortadas para o serviço da armada, na quinta do Bouro, desde este logar até ao Carregado.

O conselho de administração de marinha ha de comprar em hasta publica, no dia 30 do corrente, pelo meio dia, na sala das suas sessões, 120 arrobas de alvaide, e 40 arrobas de zarcão, para consumo do arsenal.

O conselho de administração de marinha ha de comprar em hasta publica, na sala das suas sessões, nos dias abaixo mencionados, pelo meio dia, os seguintes objectos:

No dia 30 do corrente:

120 arrobas de oleo de linhaça.

Uma porção de tintas diversas.

No dia 2 de abril:

144 taboas de pinho de Flandres de 0<sup>m</sup>.077 de grossura.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 27 de março de 1860.—Antonio Joaquim de Castro Gonçalves, secretario.

#### ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairão, á 31 do corrente, para as ilhas de Cabo Verde, a barca *Villa da Praia*; para o Rio de Janeiro, o brigue *Feliz Mafalda*, e o patacho *Vigilante*; e a 3 de abril, para a Madeira, o brigue *Galgo*.

A correspondencia será lançada na caixa geral até aos referidos dias, e na da estação postal do Terceiro do Paço meia hora antes da que ali for annunciada para a mala ser levada a bordo.

Administração central do correio de Lisboa, 27 de março de 1860.—O administrador, Luiz José Botelho Seabra.

de aglomeradas ruínas, recordações permanentes de estereos combates e de largos infortúnios. Sirvam-nos pois as tristes lições do passado, para deixarmos de andar atrelados ao carro de principios funestos assimilhando-nos a Sisipho, inseparavel do seu fatal rochedo. Inauguremos pois uma cruzada brilhante contra a immoralidade, e pondo de parte insanos empenhos, prestemos culto solemne á idéa grande e generosa da verdadeira, sã e religiosa regeneração social. Cedendo pois aos sentimentos que as minhas palavras traduzem, estou certo de que todos os membros d'esta casa, n'uma questão de tal ordem, como a de que vou occupar-me, estão unidos comigo, pois que poderemos talvez divergir em outros pontos politicos ou de administração, mas n'este cumpre que todos sigam a mesma bandeira, porque é a da honra, e a honra deve ser a bussola dos partidos, só o não pôde ser das facções. Se eu não contasse com a sua adhesão, não me julgaria honrado de fazer parte d'este senado, e d'elle procuraria afastar-me para todo o sempre; a minha convicção é porém outra, e como disse, tenho a certeza de que todos os dignos pares se unirão a mim para pedir e dar uma satisfação á publica moralidade, á honra do paiz, á nossa consciencia.

Sr. presidente, ha muito tempo que se levantam clamores contra os falsos moedeiros, que abusam da boa fé dos homens de bem de todos os paizes, e interessam grandemente com esse trafico. Não me importa saber se são portugueses ou estrangeiros: os crimes como as virtudes são de todos os paizes; a nodos recde sobre o culpado, mas de maneira nenhuma sobre a nação a que elle pertence.

Querer trazer esta questão para o campo das nacionalidades parece-me pueril, parece-me impertinente, parece-me impolitico; converter esta questão em um meio de aggressão contra o sr. ministro da justiça parece-me pouco decente.

Sr. presidente, eu já em uma das sessões passadas expliquei e defini claramente qual a minha posição n'esta camara; os srs. ministros conhecem de sobejo o meu caracter para comprehender que não hei de segui-los com os olhos fechados, nem hei de ser subserviente; e, torno agora a repetir o que já disse n'esta occasião, para que fique bem constatao, não hei de andar atrelado ao carro das individualidades, mas defenderei principios que fundam e ficam, e nunca caprichos partidarios que desaparecem e passam.

Sr. presidente, o triumpho do capricho partidario é o exício da dignidade na politica das nações. É preciso, sr. presidente, que de uma vez para sempre caminhemos n'esta senda honrada e necessaria para o bem da nossa terra, abandonando a outra estrada como inutil e impropria para ser trilhada por homens que se respeitam. Já se vê, portanto, que não venho defender o governo, mas a moralidade publica! Venho do alto d'esta tribuna fazer considerações importantes sobre tão ingrato assumpto; venho pedir explicações francas e catholicas aos srs. ministros, e espero que elles não me ultrapassem, como eu não quero que se ultrapassem, as balizas das conveniencias publicas, que são tão necessarias, e sempre necessarias, em negocios d'esta importancia.

Sr. presidente, comecei dizendo que no principio d'este anno li com desprazer uma accusação dirigida por um jornal d'esta capital ao representante, n'esta corte, de sua magestade o imperador do Brazil, tio do nosso augusto monarcha.

Sr. presidente, é do rigoroso dever de todos os governos, não só manter em boa harmonia os habitantes do paiz que governam, mas de pôr a coberto de qualquer injuria os agentes diplomaticos que n'elle residem. Se eu não me arreceasse de cangar agora a camara, em citaria opiniões respeitaveis de autores distintos, relativamente á protecção que os governos devem dar aos agentes diplomaticos estrangeiros, e por isso apenas me limitarei a ler um trecho da obra intitulada: *Précis du droit des gens moderne de l'Europe, de Martens (Leu)* e *Tout étranger est sous la protection de l'état, et doit être à l'abri de la violation. Mais si l'on attribue particulièrement aux ministres de différents ordres l'inviolabilité en regardant leur personne comme sacrée, c'est que la dignité de l'état qu'ils représentent, et l'intérêt réciproque des nations, que veut que leurs mandataires puissent traiter avec une entière sûreté dans les pays étrangers, obligent encore plus spécialement d'écarter d'eux toute sorte d'injure. L'état doit donc non seulement s'abstenir lui-même de toute sorte de violation contre un ministre étranger, mais aussi punir irremissiblement, et comme crime d'état, tout delit commis contre la personne d'un ministre étranger.*

Ora, sr. presidente, se esta protecção deve em these ser dada aos agentes diplomaticos em geral, com dobrada razão o interesse publico e a dignidade do governo reclamam que, na hypothese de que trato, se conceda ao ministro brasileiro n'esta corte o sr. Maciel Monteiro. Apresentada pois esta minha proposição passarei á demonstrá-la.

A camara sabe e o paiz tambem não ignora que um tratado foi celebrado entre Portugal e o Brazil, se bem me recordo no anno de 1854, sendo plenipotenciario por parte de Portugal o meu nobre amigo o sr. visconde de Atouguia, e por parte do Brazil o sr. Maciel Monteiro. Qual era o fim d'este tratado, em que as duas nações empenhavam a sua honra? Era para reprimir, e para evitar que esse nefando trafico da moeda falsa continuasse a progredir na larga escala em que marchava desassombrado.

Já se vê que a honra dos dois governos estava empenhada n'este negocio. O caso não é novo. As nações assim nas idades modernas como nas passadas eras trataram de fornecer-se mutuamente soccorro contra as tentativas da humana perversidade, das quaes provinha detrimento á paz dos estados ou da dignidade dos individuos ou da sociedade. Com taes fins se concluiu um tratado entre Portugal e a Inglaterra para acabar com o trafico da escravatura. Se lanço um golpe de vista sobre mais recentes eras, se folheio as paginas da historia europea, eu encontro a alliança que fizeram as cidades do Rhemo em 1235, para se opporem aos ataques dos salteadores nas estradas. A liga anseatica no seculo XIII, cuja origem é bem conhecida dos meus honrados collegas, e outras de menos vulto. O bello livro intitulado *Restauration de la science politique*, do grande escriptor allemão Haller, as obras de Muller e outros auctores conspícuos, nos fornecem exemplos de ligas ligas, tratados ou allianças.

Fazemos pois nós os portuguezes e que outras nações tem feito. Examinemos o procedimento das diversas auctoridades n'este nobre e importante empenho.

O representante do Brazil n'esta corte, segundo me consta, dirigiu ao governo de Sua Magestade, não direi só ao actual, porque as suas notas datam de mais tarde, differentes notas em relação a este trafico, em consequencia do logar que occupava e que estava obrigado a bem desempenhar; o ministro anterior, do qual fazia parte o sr. Antonio José d'Ávila, que não pretendo de modo algum censurar, entendeu que devia mandar proceder a um inquerito judicial, e encarregou o ex-presidente da relação do Porto, o sr. Antonio Dias de Oliveira, que não tenho o gosto de conhecer, de proceder a este inquerito; depois d'isto, consta-me que se trocaram officios entre aquelle ex-ministro, o sr. Ávila, e o ex-presidente da relação do Porto; ouvi que elle mandára um relatório, e é facto que houve correspondencia entre os dois. O sr. Ávila, ao qual não

quero fazer censura, como já disse, fez o que entendeu; mas entendo eu tambem que é mal cabida a censura que se faz n'esta parte ao actual sr. ministro da justiça, por isso que, não contente com o inquerito judicial a que procedeu o ex-presidente da relação do Porto, fez o que faria outro qualquer ministro, mandou proceder a outro inquerito pelo governador civil d'aquelle districto.

Não percebo, surprende-me até, que se negue ao sr. ministro da justiça o direito de mandar fazer um inquerito por auctoridade mais competente para taes pesquisas, qual é o governador civil. Feriu acaso o nobre ministro alguma lei n'este procedimento? Aparente-se se são cavalheiros, e se são apenas especuladores fujam para longe dos homens de bem. Pretendem talvez inaugurar o novo dogma da infallibilidade do sr. Dias de Oliveira? Esse ardid denuncia a sua má fé, e vai ferir o caracter d'esse magistrado em o qual dizem confiar, porque parece que só d'elle esperam absolvição para certas faltas, ou então será o sr. Dias de Oliveira o unico competente para inquirir e informar o governo? Respondam, ou arrojem para longe a mascara com que pretendem esconder a fronte.

É melhor guardar as censuras aos ministros para occasião opportuna, pois eu creio, sr. presidente, que não faltarão occasiões para censurar os actuaes ministros; é provavel que eu tenha mesmo de me oppor a alguns projectos que hão de vir a esta camara; já se vê portanto que não propendo para o ministerialismo pouco racional, mas quando vir que uma censura é mal lançada, e portanto mal cabida, hei de pôr de parte os desejos que porventura tenha de fazer opposição, para arredar de sobre os srs. ministros essas censuras, e manifestar claramente qual é a minha opinião. Parece-me pois que, procedendo d'esta maneira, o apoio que der aos srs. ministros, se o der, ha de ser bem avaliado não só pelo paiz, mas por ss. ex.<sup>as</sup>, assim como a opposição que fizer, que nunca ha de ser filha de despeitos mesquinhos, que não ficam bem ao homem de honra, tambem ha de ser olhada como o cumprimento de um dever.

Vi portanto, repetio, com dissabor, que se agredisse tanto o sr. ministro da justiça, porque elle mandou que um governador civil fizesse o que fazem todos os governadores civis; censuras d'estas, sr. presidente, nunca vem a proposito, e pôde d'ellas vir prejuizo, e grave, áquelles que se abalançam a fazê-las. É necessario em uma questão d'esta natureza não fazer accusações mesquinhãs, não entrar na parte menos vulneravel do negocio, mas ir directo a elle e trata-lo com toda a franqueza.

Sr. presidente, por esse tempo commetteu-se um crime horroroso n'esta capital: appareceu proximo á Ajuda, metida em uma caixa, uma pobre mulher morta no vigor dos annos, e a diferentes pessoas tenho ouvido dizer que a sua opinião é, que talvez este horroroso attentado tenha relação com o tramo dos moedeiros falsos: não é para admirar, porque o sr. ministro da justiça, pelas participações que tem recebido, e de que temos sido informados por diversos jornaes ministeriaes, especialmente pela *Revolução de Setembro*, se vê que 10, 12 ou 14 milhares têm sido presas, como implicadas no crime de moeda falsa. Quem sabe, sr. presidente, se este crime, a que acabo de me referir, tem relação com este negocio nefando? Quem sabe se essa desgraçada era pessoa ligada com alguém que tinha parte n'este negocio, se era pessoa que se achava em casa onde se fabricasse a moeda falsa, ou se era pessoa que tinha estado agora ou em algum tempo vivendo em companhia de algum d'esses altos criminosos, ou de qualquer d'elles?... pôde muito bem ser que para se verem livres d'aquella testemunha que os podia accusar d'este crime, e que era para elles um continuo remorso, e podia ser a sua perdição, tenham acabado com a sua vida para não descobrirem aquelle segredo. Eu annuncio isto na camara com grande pesar, porque desde o momento que entendi que devia tratar d'esta questão, entendi tambem que devia trata-la com toda a franqueza. Perdoe-se-me pois a digressão, e eu continuo a minha narração.

Sr. presidente, consta-me que o sr. ministro dos negocios das justias pedira as provas ao ex-presidente da relação do Porto, de algumas asserções que continham os seus officios dirigidos ao ministerio.

Consta-me, sr. presidente, que algumas das provas, que se diziam apresentadas pelo presidente da relação do Porto, eram pouco seguras. Parece que ha uma nota do ministro brasileiro, dirigida ao sr. presidente do conselho e ministro dos negocios estrangeiros, pedindo explicações sobre este negocio, á qual se acha appensa uma carta, que se colheu quando alguem a pretendia entregar a um preso, e na qual se dizem cousas que talvez comprometam o presidente da relação do Porto Dias de Oliveira. Houve um preso que declarou ter levado notas falsas á embaixada do Brazil, mas este preso, declara depois, que não sabia onde morava o ministro do Brazil, que não conhecia nenhuma dos crendos da sua casa, depois de ter já declarado que tinha intimidade com elle, e lhe entregava diversas latas recheadas de notas falsas. Um carta foi apprehendida, segundo consta, pela legação do Brazil, ella hoje corre impressa, e foi transcripta na *Revolução de Setembro* e no *Parlamento*, na qual se lia uma expressão que tambem comprometia o sr. Dias de Oliveira presidente da relação do Porto, e dizia que do presidente não havia de lhes vir mal, a elles, já se sabe, dando a entender d'esta arte que elle tinha relações com os moedeiros falsos. É necessario apresentar todas estas peças d'este processo, e passa-las em revista, para sobre ellas fazer as considerações convenientes.

Sr. presidente, eu sinto muito uma coisa, e é que apenas alguns moedeiros falsos em pequena escala tenham sido presos, e que passem impunes por esse reino todo muitos homens accusados de serem os primeiros cabeças d'este motivo. Não ha ninguém que possa contestar que tudo isto é devido ao estado de abatimento moral d'esta sociedade, porque apenas chega um homem a esta cidade, não se trata de indagar d'onde elle vem, mas logo que se saiba que tem fortuna é até adorado como o velo de ouro, mesmo quando se ignora o modo como adquiriu a fortuna, e curvam-se diante d'elle como diante de uma caixa de dinheiro; tal é a adoração que prestam á materia e á desprezo que têm por o espirito. Mas é isto o que hoje acontece n'esta capital. Se porém um pobre homem rolando de familia com fome, porque lhe falta o trabalho, furtar um pão, é immediatamente preso e as partes de policia darão noticia d'esta pequena roubo!

Sr. presidente, eu não defendo, nem posso louvar o ladrão que rouba um pão ou um lenço, apresento estes exemplos para compara-los com o d'aquelles individuos que pelo seu dinheiro podem fazer tudo quanto quizerem, e isto nos tempos de liberdade, de igualdade e de fraternidade; é finalmente, sr. presidente, em uma epocha de luzes, e quando se diz que as trevas se dissipam e que só a luz brilha! Digamos antes que esta é a epocha de hypocrisia e de pouca moralidade. Se um pobre artista abandonou o bom caminho por acaso, e commetter um delicto, é logo despedido, e não é recebido em nenhuma casa, e diz-se com certo desdém: «ora o que se podia esperar de um sapateiro ou de um alfaiate» e dizem isto com desprezo aquelles mesmos que se não envergonham de apertar a mão a um d'esses ricos criminosos que adquirem a sua riqueza pela moeda falsa, ou pelo trafico da escravatura, princi-

palmente se elle dá jantares e bailes, todos vão a sua casa, e aqui está em que consiste aquella igualdade e fraternidade, que tanto nos pregam os nossos reformadores modernos.

Sr. presidente, costumo sempre dizer a verdade em toda a sua nudez, não sei se mereço por isso o nome de exaltado, mas o que não mereço de certo é o nome de corrompido; as manchas não me cobrem por ora os arminhos de par, devo agradecer isto a Deus até aqui; mas não devo ter orgulho d'isso, porque o orgulho deve para sempre ser desaterrado do coração do christão, e de um momento para outro todos podemos cair n'esses pelágos imundos do crime.

O que eu desejo, sr. presidente, é que de uma vez para sempre nós tomemos a resolução firme de entrar na estrada da verdade e da justiça. Eu estou bem certo que o actual sr. ministro dos negocios da justiça tem sinceros desejos de seguir esta verdade, mas para isso carece de coragem, é preciso que continue e não pare onde está; porque se s. ex.<sup>a</sup> parasse aonde está, eu não teria de certo motivos para lhe dirigir os meus emboras, nem para o exaltar como um ministro conso do seu dever; mas se s. ex.<sup>a</sup> caminhar, como tenho muitas esperanças, sem que as contemplanções pessoas e certos vultos lhe mettam medo, então não sou eu só como antigo amigo e conhecido das suas boas qualidades, mas toda a camara e o paiz hão de applaudir-lo como um ministro modelo.

Sr. presidente, eu tenho sempre graves desconfianças quando se trata da punição de grandes criminosos. Pouco depois de ser admitto n'esta camara levantei logo a minha voz bem alto contra um escandaloso que então teve logar: a camara recorda-se d'este monstro que se chamava o *major Christiano*, que estava preso no castello de S. Jorge, e a camara se lembrará, e todos que me ouvirem, do que eu disse quando tratei d'este negocio, por occasião da evasão d'esse militar d'aquella cadeia. Sabe v. ex.<sup>a</sup> o que aconteceu? Alguns homens notaveis d'esta terra, por isso que tinham intimas ligações com aquelle criminoso, não só o protegeram na sua prisão, mas promoveram até a sua fuga quando n'elles cabia; e o *major Christiano* tinha envenenado ou pretendido envenenar muita gente e o seu proprio paiz, e tinha tambem envenenado os crendos da sua casa, que nenhum mal lhe haviam feito, para experimentar a efficacia do veneno; assim como a celebre *marquesa de Brinvilliers* tinha envenenado um creado para experimentar se o veneno era bom para matar seu paiz. Mas dizem alguns individuos, acabe-se com estas questões, trate-se dos interesses materiaes do paiz, que é o que importa. E direi eu, sr. presidente, que abomino esses programas todos impregnados de materia e completamente vãos de espirito; não hei de ser eu nunca que os adopte, não, mil vezes não.

Sr. presidente, perdoe-se-me esta digressão, de certo permittida, porque a trouxe para corroborar os argumentos que apresentei, e para lembrar e pedir ao sr. ministro das justias, que é necessario ter muita coragem para arrostar com certos vultos, com certas individualidades, com certos partidos, com certas associações; porque, infelizmente, n'este paiz tambem ha associações para fins damnados; ha associações para o contrabando, para a moeda falsa e para as casas de jogo, que estão abertas em toda a parte, porque alguns individuos que as mantem servem para as eleições, e por isso se diz que ha certos homens que não convem pôr em processo, e que certos homens estão em certos logares para consentir certos escandalos. Ai d'elles! e gloria para aquelles que merecem o nome de exaltados, e que não merecem o de corrompidos. Eu hei de ir chamando successivamente a attenção do governo sobre todos estes escandalos: o governo ha de vir, como eu disse ha poucos dias, ao campo das doutrinas e ao campo dos principios, não havemos de parar apenas na questão dos caminhos de ferro; o desenvolvimento dos interesses materiaes em certa escala, todos nós o desejamos, mas é preciso que nos occupemos igualmente do desenvolvimento dos interesses moraes, que se respeitem os interesses de todos; é preciso que os bons estejam á sombra da bandeira da justiça, e que os seus interesses sejam bem guardados pelos conselheiros da coroa, por aquelles que são encarregados de manter a segurança dos estados.

Sr. presidente, eu quero, sobre tudo, que os governos sejam justos, porque quando os governos forem justos hão de ser fortes. Não quero, sr. presidente, que os governos inaugurem dictaduras continuas; não quero que venham invadir as publicas e justas liberdades, porque estas baseiam-se e firmam-se na justiça, eu quero um governo forte, conscio da justiça, e desejoso de trilhar sempre a estrada da honra.

Sr. presidente, a historia dos governos que resistem, é a historia dos governos tutelares, a historia dos governos que invadem, é a historia dos governos tyrannicos, a historia dos governos que ora cedem, ora recuam, é a historia dos governos fracos ou ineptos. Sobre o sepulchro dos primeiros, cantam um hymno as nações, sobre a campa dos segundos, inscrevem os homens uma maldição indelevel e um anathema terrivel, sobre a lousa funeraaria dos terceiros, deposita-se o desprezo de todas as gerações que passam (*muito bem, muito bem, numerosos apoios*).

Sr. presidente, compenrem-se os srs. ministros d'estas verdades, e caminhem constantemente, com valor e decisão na verdade do bem publico. Se Deus concede aos homens bons o combate, elle tambem lhes não nega o triumpho, e ao findar a sua carreira brillarão em suas fronte honradas os louros inarresciveis da victoria.

Sr. presidente, desejo eu saber qual foi o procedimento do governo em relação á accusação que foi dirigida, por um jornal d'esta capital ao ministro do Brazil? O sr. ministro da justiça sabe bem qual é o direito das gentes em todas as suas diversas applicações. Se o ministro do Brazil commetter crime, era do dever do governo pedir immediatamente reparação, mas se o ministro de que trato foi victima d'essa accusação por isso que elle cumpriu os seus deveres, tanto mais cumpre ao governo desalfronta-lo, porque desalfrontando-o, desalfronta tambem a honra do seu paiz.

Pergunto eu, sr. presidente, quando se passou a este respeito, quaes podem ser as difficuldades que se criem com estes odios que se têm levantado de nação contra nação?... Foi um passo errado querer fazer d'esta questão uma questão de nacionalidade: esta não é uma questão como a do *Charles e Georges*. Quando o nosso commercio soffrer em consequencia da quebra possivel de relações com o Brazil, sobre quem recide essa culpa? Não conviria a dois paizes irmãos fomentarem essa amizade tão conveniente para os interesses de ambos? A amizade com aquelle imperio é da maior conveniencia para o nosso paiz.

Sr. presidente, parece-me que nas considerações que acabo de fazer, não me tenho desviado da estrada do justo. Sejam quaes forem os criminosos, castiguem-se: mas sejam quaes forem os innocentes, estejam ao abrigo das leis e do direito das gentes, com a maior confiança, como cumpre que estejam, sob um governo liberal e justo.

Desejo mais saber, pelo que respeita ao ministerio dos negocios estrangeiros, se o actual ministro do Brazil reclamou contra essa accusação que se lhe fez, qual foi a satisfação que se lhe deu, e se



ella ainda lhe não foi dada, qual é, portanto a satisfação que o governo tenciona dar-lhe?

Desejo também saber se o presidente da relação do Porto, foi demittido como convéniente no crime de moeda falsa, ou como protector dos moedeiros falsos?

O sr. ministro poderá responder, como já aqui respondeu em certa occasião: mas peço licença para dizer que se me responder d'esta maneira, eu hei de discordar d'elle (creio que o sr. ministro do reino também já respondeu assim n'outra epocha): «o ministro tem autoridade de nomear e demittir livremente os funcionarios publicos, e eu não consentirei que um membro do corpo legislativo venha ultrapassar os limites das suas attribuições, ingerindo-se na administração que está a meu cargo». Sr. presidente, entre o direito e o abuso do direito ha uma diferença marcada pelo abismo: o sr. ministro tem o direito de nomear para os empregos publicos quem quizer, mas quando d'essa nomeação resulta prejuizo para a causa publica, cabe a s. ex.ª por isso uma grave responsabilidade, ou então acabemos com estas palavras sonoras de responsabilidade ministerial, em que ha tantos annos temo ouvido fallar. Se não ha lei scripta ha lei moral. O sr. ministro tem o direito de nomear e demittir empregados, ninguém lh'o contesta, mas nós também o temos de julgar do abuso de direitos dos srs. ministros: desejo portanto saber se o presidente da relação do Porto, pelo seu relatório, e por isso que se recusou a mandar certas provas, em resultado d'esse procedimento, o sr. ministro o demittiu, e se elle tinha relações com os moedeiros falsos, pois eu vejo que no momento em que foi demittido o sr. Antonio Dias de Oliveira, foi também demittido o carcereiro, que me consta ter sido indicado por algumas pessoas, como um d'aquelles que protegia o fabrico da moeda na cadeia, ou de ter relações com alguns moedeiros falsos. Foi também transferido um delegado, por o mesmo tempo que o presidente da relação: é um homem conhecido, e eu sei bem que o sr. ministro por motivos politicos não o demittia, senão teria demittido muita gente (apoiados).

Parece-me que um ministerio que arrouvrou a bandeira que ha muitos annos é conhecida, a da tolerancia, não havia de ser por motivos politicos que demittiria aquelle funcionario. Ora, como os ministros respondem pelos seus actos, nós temos o direito de saber se no tribunal da relação do Porto, que é um dos primeiros tribunales do paiz, havia um homem que estava cumplice no crime de moeda falsa. N'esse caso não se pôde deixar de proceder, o sr. ministro tem obrigação de não parar ali. Se tem o remedio nas leis, sirva-se d'ellas: se as leis são inefficazes, venha ao parlamento propor a reforma d'ellas, e trate de remediar este mal. Daqui não se pôde fugir: esta é a estrada da logica, e esta a estrada da honra, e quando a logica e a honra se unem como sempre, estou certo que um homem de honra como é o sr. ministro da justiça ha de seguir, não digo os meus conselhos que os não precisa, mas ha de partilhar estas minhas opiniões.

Já s. ex.ª vê que tem de responder-me a umas poucas de perguntas.

Perguntarei eu também ao sr. ministro, se entre os homens que foram presos e implicados no crime de moeda falsa, ha algum ou alguns individuos notaveis, como eu ouvi dizer e li n'algumas folhas ministerias que havia. Se os ha, eu desejo saber quem são esses homens, e preciso mesmo que todos o saibam, é preciso também que não haja piedade, e que sejam castigados quem quer que elles forem. Espero pois que o sr. ministro o declare, se n'isso não houver inconveniente.

Referirei por esta occasião, que ha pouco appareceu em juizo uma queixa contra um visconde de fresca data, não da antiga e conhecida nobreza, e que dizem ser também conselheiro, por crime de roubo.

(Sensação profunda.)

É uma verdade o que acabo de dizer, e o repito, porque eu não me assimilo a esses homens que fazem accusações menos verdadeiras, e que chamados depois a prova-lhes dizem, que as fizeram como meio politico de que se serviram para certos fins (apoiados).

Eu, sr. presidente, quando asseverar qualquer cousa estou prompto a prova-lo. Digo pois que se deu contra esse titular uma querela, porque tendo elle segurado uma porção de vinho das suas propriedades, o qual embarcou e mandou para fora do paiz, o acaso fez com que se visse, que em lugar de ter encheido as pipas com vinho, encheu-as de agua! É este mais um facto que eu peço que fique consignado nos annos do progresso (riso).

Ninguém desconhece que aquelle homem que está collocado em uma melhor e mais elevada situação na sociedade, tem certas regalias, mas a par d'ellas muitos deveres a cumprir. É e também uma verdade inconcussa que é excellente posição a do homem, que pôde dar uma explicação dos seus actos politicos, da sua carreira, e da fortuna que possui. Eu admiro o homem que se fez notavel, o que mereceu o galardão e a recompensa da sociedade, por uma batalha que ganhou, por um serviço relevante que prestou. Esse homem enobrecer-se, pois que o procedimento honrado é que nobilita o individuo, e o rei e os ministros, concedendo-lhe um titulo, não fazem mais do que constatar um facto publico-o. São os notorios publicos que lavram a escriptura em plenaria, por n'ella consignarem o que a razão dictou, e a opinião publica decretou, outorgou e concedeu. O homem que se nobilita a si, tem de certo mais merecimento do que aquelle que herdou a nobreza; esse, porém, se incitado de brilhantes exemplos domesticos se não deslustra, mas trata de não desmerecer por seu procedimento o nome honrado que herdou com o sangue, ninguém osará contestar que a propria valia se realça muito com o luzimento da linhagem. Uns e outros se honram do titulo ou que herdaram e não desmereceram, ou que por os proprios merecimentos conquistaram, e que, por essa razão, tanta maior honra receberam. A nobreza assim concedida é uma moeda com que se recompensam serviços, de outro modo é moeda falsa (apoiados—muito bem, muito bem).

Quando eu vejo homens que se distinguiram, e fizeram relevantes serviços a prol da legitimidade do throno do Senhor D. Pedro V (eu sou legitimista do Senhor D. Pedro V), defendendo esses sagrados direitos no campo da batalha, por exemplo, o nobre visconde de Sá, homem cheio de honra, e que é um perfeito cavalheiro (muito apoiados), do qual eu tenho divergido em questões politicas no parlamento, mas a quem não posso deixar de prestar o meu tributo de veneração: quando eu olho para esse vulto e para outros, não posso deixar de lhes vingar o meu respeito, e de me honrar com a sua amizade. Também respeito outros homens não menos honrados, e que representam nobres tradições das quaes nunca desmereceram, apresentando a sua vida sem mancha até hoje.

São dignos de consideração igualmente aquelles homens que possuem boas fortunas por bons e bem conhecidos meios adquiridos no commercio licito, ou por meio das suas economias de muitos annos. Eu recordo agora, que n'este paiz ha casas e morgados, que reunidos, e depois de muitos annos, constituem o patrimonio de muitas familias honradas. Os instituidores d'esses morgados vincularam os seus nomes a estabelecimentos de piedade, como misericordias, hospitaes, recolhimento de orfãos, e outros. Respeito esses homens, repito, respeito essas fortu-

nas, sr. presidente, porque se não pôde dizer d'elles que as adquiriram de repente, nem por meios illicitos.

Peço á camara desculpa de me ter apartado alguma cousa do assumpto principal que nos occupa, mas se o fiz foi a bem da causa que defendo.

Quasi que me esquecia dizer que desejo também que o sr. ministro diga se transferiu o delegado como uma pena, ou porque não confiava n'elle; e tenho desejo que s. ex.ª responda a esta minha pergunta, porque a transferencia d'aquelle individuo pôde dar lugar a varios juizos, e convem esclarecer isso. Igualmente desejo saber se o carcereiro está accusado como convéniente no crime da moeda falsa, e se já está mettido em processo.

Muito estimava eu ver realizado o programma apresentado n'outro lugar pelo sr. ministro da justiça, e que eu li n'um jornal, quando s. ex.ª disse: «entre mim e os moedeiros falsos ha um duello de morte.» Creio que estas palavras são verdadeiras, porque s. ex.ª não reclamou. (O sr. ministro da justiça—apoiado).

Eu comprometto-me a não largar mão d'este assumpto, em o qual fui o primeiro a tomar parte, e honro-me de ter tomado a iniciativa n'este negocio e de todos que tenham com elle relação; e comprometto-me também a tratar de outras questões de segurança publica, tanto quanto o permitirem as minhas forças.

Esta é também uma das questões de segurança publica, por isso que é a questão da segurança das nossas fortunas; e é necessario por tanto que o paiz saiba tudo quanto se tem feito, quaes têm sido os esforços dos ministerios anteriores para assim se avaliarem os esforços do ministerio actual e do sr. ministro dos negocios ecclesiasticos e de justiça.

Eu creio que o nobre ministro tomou nota de todas as perguntas que lhe fiz, agora espero que s. ex.ª me ha de responder satisfatoriamente; mas desde já declaro também que, se porventura eu necessitar posteriormente saber mais alguma cousa sobre este negocio, tratarei de pedir de novo a palavra em qualquer outra sessão, ou para me dirigir ainda ao sr. ministro dos negocios ecclesiasticos e de justiça, ou ao seu collega, presidente do conselho, pelas melhoras do qual eu faço sinceros votos, esperando que se restabeleça em breve.

Concluo, pedindo ao nobre ministro que não recue na vereda que encetou e que, firme nos bons principios que a todo o homem d'estado cumpre defender, caminhe na frente dos cruzados, pois que n'esta pugna, em que a honra luta com o crime, nenhum abandonará o campo, mas todos unidos no mesmo pensamento, animados da mesma fé, entusiasmados por a mesma idéa, mostrarão que não renegaram os antigos brios portugueses, e o seguirão intrepidamente, até que no campo da patria se arvore por uma vez, com o esforço de todos os homens de bem, o estandarte da moralidade, da honra e da justiça (muito apoiados).

(O orador no fim do seu discurso foi cumprimentado por muitos dignos pares).

## CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 27 DE MARÇO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS SANTOS

Aos tres quartos depois do meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 94 srs. deputados. O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. Guilherme Pacheco, de que não compareceu ás sessões de 22, 23, 24 e 26 por incommodo de saúde.—Inteiramente.

2.º Do sr. Rojão, de que o sr. Julio Carvalhal não compareceu á sessão de hoje por incommodo de saúde.—Inteiramente.

3.º Do sr. Aboim, de que faltou ás sessões de 22, 23 e 24 do corrente por motivo justificado.—Inteiramente.

### CORRESPONDENCIA

1.º Do ministerio dos negocios estrangeiros, renovando a iniciativa da proposta de lei de 25 de abril do anno passado, sobre o tratado entre Portugal e os Paizes Baixos para a demarcação e troca de algumas possessões portuguezas e neerlandezas, no archipelago de Solor e Timor.—A comissão diplomatica, ouvida a do ultramar.

2.º Do ministerio da fazenda, acompanhando quatro notas demonstrativas da quantidade de aguardente e azeite despachados desde o anno de 1850, pelas alfândegas grande de Lisboa e do Porto, satisfazendo assim as informações que lhe foram pedidas pela comissão de pautas.—A comissão de pautas.

3.º Da camara municipal do Porto, pedindo autorisação para estabelecer direitos de portagem na estrada da Foz, para serem applicados ao custeamento e melhoramento da mesma estrada.—A comissão de administração publica.

4.º Dos habitantes da freguezia de S. Miguel do Milharado, no concelho de Mafra, pedindo que na estrada de Lisboa a Torres Vedras se siga a directriz do antigo leito.—A comissão de obras publicas.

5.º Da camara municipal, e muitos habitantes da cidade de Elvas, para que o caminho de ferro á fronteira passe o mais proximo que seja possível dos muros d'esta cidade.—A mesma comissão.

6.º Da camara municipal de Moura, pedindo que se approve o contrato para a continuação do caminho de ferro das Vendas Novas a Évora e Beja.—A mesma comissão.

7.º Dos escrivães do juizo ordinario no julgado de Fornos de Algodres, pedindo provimento, sem concurso, em logares similhantes das comarcas judicias, quando forem suppridos os juizes ordinarios.—A comissão de legislação.

8.º Da irmandade de S. João Baptista erecta na igreja de Nossa Senhora da Penha de França, pedindo a restituição da posse e administração d'este templo.—A comissão de fazenda.

9.º Da camara municipal de Vallongo, sollicitando as providencias necessarias, que obtem a livre importação de farinhas estrangeiras.—A comissão de commercio e artes, ouvida a de agricultura.

10.º Da camara municipal da Lagôa, na ilha de S. Miguel, pedindo a concessão do convento de Santo Antonio da extincta ordem dos franciscanos, para serviço publico.—A comissão de fazenda.

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.º Requerio que, pelo ministerio do reino, sejam com toda a brevidade presentes a esta camara as contas de receita e despeza dos theatros de S. Carlos e de D. Maria II, desde o principio da administração por conta do governo.—O deputado por Thomar, Antonio Eleutherio Dias da Silva.

2.º Requerio se peca ao governo, pelo ministerio da justiça, nota da epocha em que tiveram logar as ultimas audiencias geraes nas comarcas de S. Miguel e da Terceira; quantas causas foram julgadas n'ellas; e quem foram os magistrados que a ellas presidiram.—O deputado, D. José Manuel de Menezes de Alarcão.

São remetidos ao governo.

Mandam-se communicar ao governo as seguintes notas de interpeção:

1.º Requerio que seja convidado s. ex.ª o sr. ministro das obras publicas, commercio e industria, para informar esta camara, se no conselho das obras

publicas existem as plantas e organogramas das obras accessorias do porto artificial da ilha de S. Miguel, como armazens, caes, alfândega e farões, em relação ao plano do engenheiro Tucker, aprovado pelo governo.—Visconde de Portocarrero.

2.º Requerio que seja convidado s. ex.ª o sr. ministro dos negocios do reino, para informar esta camara das providencias que o governo se propõe adoptar para precaver e impedir, quanto for possível, a emigração clandestina que todos os dias tem augmentado mais, principalmente nas ilhas dos Açores.—Visconde de Portocarrero.

3.º Requerio que s. ex.ª o sr. ministro do reino, informe esta camara da consideração que lhe merece a consulta da junta geral do distrito de Ponta Delgada, no anno de 1858, na parte em que reclama, e pede ao governo que mande analysar as aguas thermais e minerais do Valle das Furnas, dando de mais a maior publicidade aos resultados de taes estudos e analyses; e que se crie n'aquelle valle um estabelecimento de banhos com um habilitativo e pharmaceutico, a fim de se fazerem os estudos de observação das mesmas aguas, para se colherem os efeitos praticos da sua benéfica influencia.—Visconde de Portocarrero.

Tem segunda leitura as seguintes propostas:

1.º Considerando que a estrada de Chaves para Moncorvo, por Val Passos, Mirandella e Villa Flor, foi declarada estrada real de 2.ª classe, pelo decreto de 22 de julho de 1850;

Considerando que é de muito interesse que se estude, quanto antes, a directriz que ella tem de seguir, para que acabem as incertezas em que estão os proprietarios, cujos terrenos tem de atravessar, e que n'essa espectativa têm suspensas obras de melhoramentos agricolas, que lhes era mister executar, e com as quaes muito augmentará a sua riqueza pessoal, e com esta a riqueza geral da nação;

Temos a honra de requerer á camara, que recomende ao governo que, logo que lhe seja possível, mande fazer um estudo definitivo, e levante o traçado da estrada de Chaves para Moncorvo.—Julio do Carvalhal Sousa Telles—Antonio Joaquim Ferreira Pontes—José Luiz Alves Feijó—Rodrigo de Moraes Soares—Francisco Diogo de Sá.

A camara de obras publicas.

2.º Renovo a iniciativa de um projecto, apresentado em 1857, que teve origem em uma representação da camara de Ponta Delgada, e de que foi renovada a iniciativa pelo projecto de lei n.º 21 de 1858, e pelo projecto n.º 21 GG do mesmo anno, e sobre o qual a comissão de legislação deu o parecer n.º 25, no 1.º de fevereiro de 1858.—Visconde de Portocarrero.

A comissão de legislação.

3.º Renovo a iniciativa do projecto de lei, que na sessão de 1857 a 1858 tem o n.º 57 A, e que se acha no Diario da Camara de março de 1858 a fl. 3, e sobre o qual a comissão de legislação deu um parecer em 2 de abril de 1859, que tem o n.º 124.—Visconde de Portocarrero.

A comissão de legislação.

4.º Renovo a iniciativa de um projecto de lei, que se acha transcripto no Diario da Camara, de março de 1859, a fl. 196, que tem por fim, attendendo ás representações da camara de Ponta Delgada, sobre o estado de ruina em que se acham as suas ruas e calçadas, e o encanamento que conduz agua para o uso de seus habitantes, autorisar um emprestimo hypothecando certos rendimentos municipaes, visto que a diminuição da sua renda não permite que a mesma camara possa occorrer ás despesas extraordinarias que exigem estas e outras obras indispensaveis para o mesmo municipio.—Visconde de Portocarrero.

A comissão de administração publica.

5.º Renovo a iniciativa do projecto de lei n.º 141, da illustre comissão de guerra, da camara transcripta, additando-lhe o seguinte artigo, que será collocado como o segundo do projecto, passando a ser artigo 3.º, o que tinha aquella numeração:

«Art. 2.º Contar-se-ha ao mesmo official a sua antiguidade de tenente, de 26 de novembro de 1840, conforme o decreto de 20 de outubro de 1851; e para todos os mais effectos lhe será levado em conta o tempo em que illegalmente esteve reformado, desde 11 de outubro de 1848 a 2 de junho de 1851, conforme o que foi determinado na carta de lei de 29 de maio de 1856.»—Antonio Tiburcio Pinto Carneiro.

A comissão de guerra.

6.º Renovo a iniciativa do projecto de lei n.º 20, de novembro de 1858, approved na sessão de 14 de abril de 1859, pela camara ultima, autorizando o governo a promover a effectividade do posto de cirurgião de brigada, o cirurgião de brigada graduado, actualmente exercendo no hospital de invalidos de Rupa, Antonio Pereira.—O deputado por Leiria, F. L. Mousinho de Albuquerque.

A mesma comissão.

7.º Projecto n.º 29.—Em que a comissão de guerra é de parecer que seja annullada a reforma ao tenente reformado Francisco de Paula Soares Brandão, addido á secretaria do supremo conselho de justiça militar.—L. V. de Affonseca.

A mesma comissão.

8.º Um projecto de lei dos srs. Arrobas e Gonçalves de Freitas, autorizando o governo a contratar com a companhia união mercantil, que os barcos de vapor toquem no porto do Funchal, na ida e volta para Africa.

É aditado e enviado á comissão de commercio e artes, ouvida a do ultramar.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa)—precisa de rectificar um facto, a que se referiu na sessão passada. Tendo sido interpellado pelo sr. Dias de Azevedo sobre a factura de um lanço de estrada na baixa de Loures, a que se mandou proceder por uma portaria que appareceu no Diario de Lisboa, disse ao sr. deputado que aquella porção de estrada estava na directriz que tinha sido approvada; e podendo-se inferir d'aqui que estava approvada toda a directriz da estrada até Torres Vedras, declara que este facto não é completamente exacto, porque este negocio foi submettido ao conselho de obras publicas, que exito entre duas directrizes que se apresentavam; e não se achando habilitado com esclarecimentos sufficientes, mandaram-se fazer novos estudos: ora a parte que se mandou construir, e a que se refere a portaria, está na parte commun ás duas directrizes, seja qual for a que tiver de se adoptar.

O sr. Coelho de Carvalho:—manda para a mesa um requerimento pedindo esclarecimentos ao governo, sobre estudos para a escolha da directriz da estrada que deve ligar Faro e Lagos. Como se achasse presente o sr. ministro das obras publicas, continua usando da palavra, e chamando a attenção de s. ex.ª

Em Lagos existiam em cofre alguns fundos provenientes de um imposto municipal sobre a exportação, os quaes tinham applicação exclusiva para obras municipaes determinadas, e eram ellas tão essenciaes á vida d'aquelle cidade, que os seus habitantes não recusaram ante os inconvenientes que ao commercio resultam sempre de impostos de similhante natureza; que em Lagos era vergonhosa a estrada pelo lado do mar, onde um monte de pedras soltas, davam difficil passagem ás mercaderias e viajantes; que os paços municipaes, os quaes infelizmente só n'isso tinham o nome, eram apenas meias paredes, lugubre ornamento da praça que se achava na entrada principal da cidade, e que a agua conduzida por aqueducto tacaño e immundo, amea-

ça repetidas vezes de sede sem fim aos habitantes que não têm facilidade em mandar aos poços que se acham fóra e longe da cidade.

Fez notar que para obviar a estes inconvenientes, e que se estabeleceria o imposto a que se referia, e que aos povos era sempre odioso não ver a applicação religiosa dos tributos. Por isso lembrava ao nobre ministro, a necessidade de mandar com urgencia, fazer o organograma das obras d'aquelle municipio, para as quaes tinha applicação o imposto que citára.

Diz mais que, elle orador, sabendo que a camara municipal tem sollicitado officialmente, e pelos seus amigos que o governo mande ahi um engenheiro proceder ao alludido organograma, não podia ficar silencioso, e esperava que s. ex.ª, vindo na sua voz o justo brado dos seus constituintes, tomasse este assumpto em consideração.

Termina, fazendo sentir que a parte do Algarve entre Lagos e Faro, sendo sem duvida a mais importante d'aquelle provincia, pela sua população, pelos seus productos, e pelo seu commercio, lamentava com justiça a falta da linha electrica, e que, elle orador, não podia nem devia deixar de pedir a s. ex.ª a continuação da linha electrica de Faro a Lagos.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—é preceito legal irem os engenheiros prestar ás camaras municipaes aquelles serviços technicos que podem prestar, assim como fazer os estudos e dirigir mesmo certas obras. Não está ao alcance do facto a que se referiu o illustre deputado; porém essas requisições são feitas pelas camaras municipaes, e os directores dos districtos têm ordem de mandar um engenheiro para dirigir as camaras na execução de certas obras; e parece-lhe poder dizer ao illustre deputado que já foi ordem do ministerio das obras publicas para que um engenheiro, que ha pouco foi mandado para o Algarve, fosse fazer os estudos necessarios sobre as obras a que se refere o illustre deputado; mas se não foi, daria essa ordem.

O sr. Henriques Secco:—envia para a mesa duas notas de interpeção ao sr. ministro das obras publicas. A primeira, que diz respeito á directriz da estrada de Coimbra ao Ceira, é um objecto importante, que não só aproveita aquella localidade, mas á parte da provincia que fica d'alli para o poente, por consequencia um objecto em que o governo devia empenhar todas as suas forças, mas succede o contrario, tendo-se adoptado a directriz menos conveniente, tendo-se feito expropriações para ella na margem esquerda do rio, quando todos os interesses reclamam que ella siga pela margem direita.

O sr. Presidente:—noto que as reflexões do illustre deputado tem muito cabimento quando a interpeção for dada para ordem do dia, e quando o sr. ministro se julgar habilitado para responder a ella.

O sr. Henriques Secco:—quer apenas fazer algumas considerações para esclarecimento do sr. ministro, dizendo em resumo, que houve um proposito firme de arranjar difficuldades para a directriz não seguir pelo lado direito do rio, e sim pelo lado esquerdo, o que é contrario a todos os interesses; e por consequencia o pedido da sua interpeção é demasiado justo.

O outro ponto é o seguinte:

Passou n'esta casa a lei de 12 de agosto de 1856, que é uma das muitas providencias que se tem tomado com o triplice objecto da navegação do Mondego, salubridade dos povos, e produção dos campos; essa lei até hoje tem sido letra morta, e principalmente pela pouca actividade, ou pelo nenhum cuidado que o governo tem posto em lhe dar execução; de modo que os clamores que geralmente se levantam contra os males que aquelles povos estão soffrendo, attribuem-se todas á lei; mas é o contrario, porque se a lei fosse religiosa e fielmente cumprida havia certamente de surtir os effectos que o legislador teve em vista; e é sobre isto que chama a attenção do governo.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—responderá em tempo competente, quando se verificar esta interpeção, o que não pôde ter logar n'este momento.

Pelo que respeita á directriz da estrada de Coimbra ao Ceira, o illustre deputado entende que ella foi mal escolhida, mas os homens competentes, os homens technicos dizem outra cousa, e n'esta questão vae mais com os homens technicos, do que com o illustre deputado, com quanto respeito muito a sua opinião em outros assumptos.

Em quanto á questão do Mondego, também elle parece que o illustre deputado foi um pouco injusto quando disse que o governo se descuidava d'este assumpto. O governo tem tratado d'este objecto, porém elle é tão importante que os proprios membros da junta, de que o illustre deputado faz parte, não combinam entre si sobre os meios que se devem seguir para se obter o desejado resultado, e o illustre deputado é o mesmo que tem estado em minoria com os seus collegas a respeito d'este objecto; mas o facto é que a lei a que se refere o illustre deputado não dá os meios necessarios para continuar as obras, da maneira que seria para desejar, e quando se tratar d'este assumpto apresentará todos os esclarecimentos a este respeito.

O sr. Ferrer:—é de absoluta necessidade que a interpeção do illustre deputado, relativamente á directriz da estrada de Coimbra para a Beira Alta e Beira Baixa seja feita quanto antes, porque, segundo acaba de ser informado, ha já grandes expropriações a fazer no valor de muitos contos de réis; e para esta interpeção poder surtir effecto, é necessario que ella tenha logar quanto antes, e por isso requer ao sr. presidente que marque dia para ella se verificar.

O sr. Presidente:—ha interpeções mais antigas, e que os seus auctores pedem também que se verifiquem, mas em consequencia do assumpto grave que tem estado em discussão, não as tem podido dar para ordem do dia, mas tenciona fazê-lo logo que termine a discussão do projecto n.º 13.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—está prompto para responder á interpeção do sr. deputado, mas tal interpeção não pôde produzir resultado algum. Trata-se de saber se a directriz de uma estrada foi bem ou mal escolhida; o governo resolveu dentro da orbita das suas attribuições, e de conformidade com as informações dos homens technicos que consultou.

O sr. deputado fez grave injustiça ao director das obras publicas do distrito de Coimbra, dizendo que elle teve o proposito firme de exagerar os organogramas de uma das directrizes, para fazer com que o governo approvasse a outra; assevera que aquelle empregado era incapaz de fazer tal; é muito probo, e tem sempre desempenhado os seus deveres com muita exactidão; podia errar, mas se tal se desse, não o tinha feito com desejo de prejudicar os interesses d'aquelle provincia (apoiados).

O sr. Presidente:—o sr. Ferrer fez um requerimento para se dar para ordem do dia quanto antes a interpeção annunciada pelo sr. Secco; mas promette ao sr. deputado dar para ordem do dia, apenas acabar a actual, e esta e outras interpeções (O sr. Ferrer:—muito bem).

Os srs. Francisco da Costa e Gonçalves de Freitas mandam para a mesa projectos de lei.

O sr. Affonso Botelho:—manda para a mesa um requerimento, pedindo esclarecimentos ao governo, por parte da comissão dos vinhos.

Observa que mandou e recebeu noticias de sua

familia pela telegraphia electrica dentro de duas horas, e podia tê-las recebido em menos tempo, se na estação competente existisse a relação nominal dos srs. deputados com as respectivas moradas, como d'antes acontecia; pede por isso á mesa que providencie a este respeito.

Deseja chamar a attenção do sr. ministro da fazenda sobre o incommodo que estão soffrendo os lavradores, fabricantes e negociantes de vinho, pela demora que tem havido na resolução da proposta para a introdução da aguardente, e sobre o contrabando que se está fazendo d'este genero, em consequencia da incerteza da legislação, que ha de regular este objecto; mas como s. ex.ª não está presente, pede que se lhe reserve a palavra para outra occasião.

O sr. Cyrillo Machado:—manda para a mesa uma representação, assignada pelos egressos residentes no distrito do Porto, em que pedem a revogação do decreto de 22 de agosto de 1843, em virtude do qual se lhes descontam cinco decimas, da exigua prestação que lhes fora prometida no decreto de 20 de junho de 1834, infelizmente não cumprido na parte por certo mais justa de suas disposições, qual era a de dar alimentos, e não vencimentos, aquelles que eram possuidores de bens de que o estado se apropriou.

Esta pretensão é de tanta justiça, que se torna desnecessario produzir largas considerações para o provar; e já em uma das sessões anteriores foi renovada a iniciativa do projecto de lei apresentado pelo sr. deputado Custodio de Faria na sessão de 25 de janeiro de 1859, para o fim indicado na representação que manda para a mesa.

Quando foi renovada a iniciativa d'aquelle projecto, varios srs. deputados assignaram a nova proposta, e em quanto elle, orador, não juntasse o seu nome ao dos seus illustres collegas, n'aquelle occasião, nem por isso deixaria de apoiar tão justa pretensão, reservando-se mesmo fazer-lo na occasião mais oportuna; porque entende ser um acto de justiça e de moralidade, que a camara não pôde deixar de praticar.

O sr. Antonio Feio:—manda para a mesa uma representação dos moradores do logar da Povoa, da freguezia de Santa Maria de Palmeira, do concelho de Braga, que pedem ser annexados á freguezia de S. Pedro de Martim; e faz ver, que como quanto a representação, que apresenta é só assignada por os moradores de um logar, nem por isso se lhe deve dar menos attenção, á vista da justiça e razão que lhes assiste, e dos graves prejuizos espirituales e corporaes que estão soffrendo; pede portanto, que seja remetida á comissão de estatística, para com brevidade dar o seu parecer.

O sr. Pinto Magalhães:—declara que o sr. Avila o encarregou de participar á camara, que em consequencia de ter hoje conselho d'estado, só mais tarde poderia comparecer á sessão; e manda para a mesa uma representação de alguns dos antigos officiaes de secretaria e empregados do extincto erario, pedindo que se melhore a sua posição.

O sr. Monteiro Castello Branco:—junta os seus votos aos dos srs. Ferrer e Secco, para que, quanto antes, tenha logar a interpeção annunciada ao sr. ministro das obras publicas sobre a directriz da estrada da Beira; porque, tratando-se de fazer já importantes expropriações na margem esquerda do Mondego, se a interpeção se não verificar quanto antes, depois já o mal não terá remedio, porque se ha de argumentar com a theoria dos factos consumados. Não pede que o sr. ministro mande revogar desde já a portaria de 9 de novembro, mas que mande proceder quanto antes a novos estudos, antes de se começarem as obras da margem esquerda do Mondego.

O sr. Encarnação Coelho:—apresenta uma representação da camara municipal de Figueiró dos Vinhos, pedindo o edificio do extincto convento do Carmo para o demolir, e com os materiaes fazer uma cadeia, e do terreno um cemiterio.

Pede ao governo que não attenda a uma representação da junta geral do distrito de Coimbra, sobre a desannexação da freguezia de Campello do concelho de Figueiró dos Vinhos, ficando pertencendo ao concelho de Miranda do Corvo, por quanto, mettendo-se de permo entre a freguezia de Campello e Miranda de Corvo, a serra da Louzã, viriam de tal annexação graves incommodos aos povos da freguezia de Campello.

Manda também para a mesa uma representação dos habitantes de Pousa Flores, em que pedem ser annexados ao concelho de Alvaizere.

O sr. Dias de Azevedo:—fica satisfeito com as explicações dadas pelo sr. ministro das obras publicas, e como por ellas vê que ainda não está resolvida qual ha de ser a directriz da estrada de Torres Vedras, pede que a representação que hontem apresentou sobre este objecto, e quaesquer outras no mesmo sentido, sejam remetidas a s. ex.ª a fim de considerar as razões que n'ellas se indicam.

O sr. Camara Leme:—manda para a mesa uma proposta renovando a iniciativa de um projecto de lei.

### ORDEN DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO NA GENERALIDADE DO PROJECTO N.º 15 SOBRE CAMINHOS DE FERRO

O sr. Presidente:—reflete que se entra hoje mais tarde na ordem do dia, por isso mesmo que a mesa constou que havia conselho d'estado; o sr. Avila fez participar que por este motivo não podia comparecer senão mais tarde, e o orador que tinha a palavra desejava que s. ex.ª estivesse presente.

O sr. Ministro do reino (Fontes Pereira de Mello):—depois das considerações que fez na sessão passada para mostrar á camara







a obrigar o concessionario a estabelecer a segunda via, é de 4:500.000 réis por kilometro em quanto ao caminho a fronteira, e de 5:400.000 réis por kilometro em quanto ao do norte, isto é, 25.000 francos no primeiro e 30.000 no segundo. Ora é preciso investigar se acaso os outros caminhos de ferro da Europa, que estão em circumstancias analogas e identicas áquellas em que se acham estes dois caminhos, tem produzido um producto bruto igual, ou proximoamente igual, áquelle fixado no contrato em discussão.

Sustenta que sim em presenca dos factos, dos documentos, e, sobre tudo, em presenca das considerações que não são estranhas a nenhum sr. deputado, que se apresentam em toda a parte, que têm sido repetidas em ambas as casas do parlamento portuguez, que têm sido proclamadas e propagadas pela imprensa, e muito principalmente pela imprensa estrangeira, da futura grandeza e importancia do caminho de ferro, que nos for ligar com a Hespanha (apoiados), porque ha de ser um dos primeiros caminhos da Europa (apoiados), um caminho que ha de ligar as Americas, pelo Oceano, com a Europa inteira.

Se se attender, alem disto, que este caminho vae ligar as duas grandes cidades Lisboa e Porto, de certo se poderá dizer, com bom fundamento, que estes dois caminhos hão de dar o producto bruto que está fixado no contrato.

Como dêsse a hora declara que tem ainda mais observações a apresentar á camara, e pede que a palavra lhe fique reservada para a seguinte sessão.

(Vozes—muito bem.)  
O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã a continuação da de hoje, e levanta a sessão.

—Eram quatro horas da tarde.

## NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 24 do corrente, e de Paris até 21.

O governo hespanhol recebeu do theatro da guerra o seguinte despacho telegraphico, transmittido pelo commandante em chefe do exercito expedicionario: «*Acampamento do valle de Guadalupe, 23 de março, ás 5 horas da tarde*—Batalha e victoria completa. O inimigo, entrincheirado em posições de difficil accesso, esperava-nos a uma legua de distancia de Teñido. Depois de ter sido successivamente desalojado de todas as disposições, e tendo-se retirado para o valle, onde se apresentaram tambem com forças consideraveis, as tropas marroquinas foram obrigadas a levantar a toda a pressa o seu acampamento, a fim de não cairem em nosso poder. Neste momento todas as forças estão fóra do alcance das tropas de sua magestade.

«*Todos os generaes e as tropas rivalisaram em coragem e bravura.*»

Alem d'este, os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*: Londres, 22 de março—No senado dos Estados Unidos ha duvida sobre se deve sancionar o tratado feito com Juarez, porque os ultimos triumphos de Miramon fazem recear que o governo do seu competitor seja de curta duração.

O *Morning-Post* publica um resumo das diferentes phases por que tem passado a questão da Toscana, desde o tratado de Villafranca até hoje, e designa os diferentes principes que foram propostos para ali reinarem.

Affirma-se nos circulos politicos, que, como as grandes potencias estão convencidas de que a anexação da Saboya é o primeiro passo dado pela França para prolongar as suas fronteiras até ao Rheno, se medita uma alliança entre a Inglaterra, a Prussia, a Russia e a Austria, a fim de evitar que a França continue a augmentar o seu territorio.

Turim, 22—Affirma-se que o conde de Cavour ficará encarregado da pasta da marinha, e que no dia 26 partirá para Florença o principe de Carignan.

Berna, 23—A assemblea federal está convocada para a proxima semana.

Paris, 24—O *Constitutionnel* diz, n'um artigo assignado por mr. Grandguillot, que é satisfactoria a attitudina da Europa, em relação á França.

Até agora só protestaram contra a anexação a Suissa e a Inglaterra: a França responderá no sentido da resposta, que foi dada, quando se tratou de Cracovia.

Napoles, 20—O rei partiu para Gaeta. O exercito dos abruzes concentra-se. Affirma-se que vão ser chamados ao serviço militar todos os homens uteis até á idade de 40 annos.

Roma, 20—A manifestação que se fez no dia dos annos de Garibaldi foi reprimida á custa de muito sangue. Affirma-se que ficaram feridas 40 pessoas.

Londres, 24—Lord John Russell declarou á camara que não lhe será apresentada a resposta á communicação do ministro dos negocios estrangeiros da França, sobre a anexação da Saboya e de Niza, porque essa apresentação prejudicaria os interesses publicos.

Em sessão do 24 do corrente houve uma discussão acalorada, relativamente á questão da Saboya, porém essa discussão não produziu resultado algum.

### PIEMONTE

A *Gazeta Piemontesa* publica na sua integra a resposta dada pelo rei Victor Manuel á Parini:

«A manifestação da vontade nacional, de que me trazeis o testemunho authentic, disse sua magestade, é tão universal e espontanea, que de novo confirma plenamente, á face da Europa e em tempos e condições diversas, o voto precedentemente emitido pelas assembleas da Amilia. Esta insignificancia manifesta completa as provas de ordem, de perseverança, de patriotismo e de sabedoria politica, que, em poucos mezes, mereceram a estes povos a sympathia e estima de todo o mundo civilisado. Aceito o seu voto solemne, e, de hoje em diante, será para mim uma gloria o chamar-lhes meus povos. Reunindo-os á monarchia constitucional da Sardenha, e igualando ás suas outras provincias, não só os estados de Modena e Parma, mas até as Romanias, que já espontaneamente se tinham desligado da soberania pontificia, não pretendo diminuir a dedicacão que, do intimo d'alma, professo pelo veneravel chefe da igreja. Como soberano catholico e como soberano italiano, estou prompto a defender a independencia necessaria á sua missão suprema, a contribuir para o esplendor da sua corte, e a prestar homenagem á sua soberania. O parlamento vae reunir-se: recebendo no seu seio os representantes da Italia central conjuntamente com os do Piemonte e da Lombardia, elle consolidará o novo reino, garantindo-lhe a sua prosperidade, liberdade e independencia.»

Em seguida a este discurso, a *Gazeta Piemontesa* publica um decreto que estipula que «attento o resultado da votação universal que teve lugar nas provincias da Amilia, estas provincias de hoje em diante ficam fazendo parte integrante do Piemonte.» O decreto citado será submettido ao parlamento, a fim de ser convertido em lei.

### RUSSIA

O *Morning Chronicle*, que ultimamente deu a no-

ticia da formação de um tratado entre a Russia e a Austria, volta agora a occupar-se do mesmo assumpto, annunciando a demissão do principe Gortschakoff.

«Este acontecimento, diz o jornal citado, tem maior alcance do que uma modificação ordinaria de gabinete, significa (assim o recebemos) uma mudança de politica. O tempo provará o grau de exactidão das nossas informações acerca das relações mutuas da Austria e da Russia. Esta demissão do principe Gortschakoff é um facto consumado. Em quanto elle foi primeiro conselheiro responsavel para com o seu soberano pelos negocios estrangeiros, o desejado restabelecimento das relações entre os dois estados despoiticos da Europa de leste e do sul, se não fosse impossivel, era pelo menos combatido por obstaculos invenciveis na apparencia, devidos em grande parte á sabedoria e ao patriotismo do ministro russo. O tratado entre a Russia e a Austria é provavelmente a causa da demissão do principe Gortschakoff. Temos o maior pesar em ver confirmada a noticia da demissão do principe Gortschakoff, sobretudo se elle foi obrigado a dar este passo por não querer sancionar um tratado que por certo paralisará os progressos do seu paiz, envolvendo novamente a Russia em lutas que até hoje têm esgotado os recursos que deviam ser applicados ao desenvolvimento da sua prosperidade interna.»

### CHINA

N'uma correspondencia de Hong-Kong, datada de 30 de janeiro ultimo, lê-se o seguinte:

«Os ultimos quinze dias passaram-se n'aquelle estado de excitação que, na China, sempre acompanha o dia de anno bom, que n'este anno correspondeu a 23 de janeiro.

«Os negociantes trataram unicamente da liquidação das suas contas, a fim de poderem, segundo o uso do paiz, queimar todos os livros de commercio do anno findo, e começar de novo, como se agora, pela vez primeira, entrassem na carreira commercial.

«Os particulares só se occupam de visitas, de jantares, de festejos e de ceremonias religiosas que atraem as benções do céu e a protecção dos espiritos sobre o anno que começa.

«Nestas preoccupações exclusivas, que dominam qualquer outro pensamento, os chinezes nem mesmo prestaram attenção á chegada das tropas. O governo da India é que começou por mandar dois regimentos indigenas, que são o 67.º de linha e os *buffs*, corpo especial que se distinguia de uma maneira brilhante na ultima guerra contra os sympas.

«Começaram tambem já os preparativos materiaes para a construcção de barcos sem quilha, destinados ao desembarque das tropas, nos pontos onde a agua é em menor quantidade, e no interior dos rios onde não podem penetrar os barcos de quilha. Aqui os chinezes vêem com indifferença todos estes preparativos, porém no norte lançam mão de medidas muito sérias, como meio de resistencia aos aliados. Affirma-se até que os trabalhos de defeza, que, até ha bem pouco tempo, se limitavam aos arrabaldes de Pekin, e ás margens do Pei-Ho, se prolongam já até aos diversos portos do Pé-Tcheli, onde se poderia emprender um desembarque.

«A direcção d'estes trabalhos continua a cargo do celebre general Sankolinsin, que, segundo consta, serviu no exercito russo do Caucaso, onde aprendeu a estratégia europea. A desmedida confiança que inspira ao governo de Pekin a intelligencia, verdadeira ou supposta, d'este general, será o maior obstaculo para que se alcance uma solução pacifica, o que aliás teria lugar se fossem os mandarinis os que só tomassem parte nas negociações.

«Diz-se que o almirante Hope mandou vir das ilhas Philippinas e das Malasie muitos cavallos e gado muar, a fim de poder com forças iguaes resistir a essas hordas singulares que chegaram dos desertos da Tartaria, e que se batem á lança, á espada, á espingarda e ao lago, á moda dos arabes e dos marroquinos. O mesmo almirante comprou tambem o barco *Dei-Charles-Fordy*, da força de sessenta cavallos, para a distillação da agua doce necessaria para a expedição ao mar do Norte. O barco citado custou-lhe 45.000 piastras de Hespanha, e suppe-se que o apparelho de distillação lhe custará o dobro d'aquella quantia.

«Quatro inglezes, d'aquelles a que se pôde dar o nome de *gentlemen*, foram ultimamente condemnados em Shanghai, uns a 1.500 e outros a 2.000 francos de multa, pelo seu proprio consul, em consequencia de terem commettido um acto de maldade atroz, na pessoa de um criado chinês. Os individuos, de que fallamos, apoderaram-se da sua infeliz victim, ligaram-o a uma trave, e depois deram-lhe pancada, a ponto de o fazerem perder os sentidos, partindo-lhe uma perna. Esta barbaridade causou na população chinesa de Shanghai a maior irritação, e o consul viu-se obrigado a declarar que, em caso de reincidencia, os criminosos seriam condemnados a desterro perpetuo.

«As noticias da insurreição são de um caracter assustador para o governo imperial, porque representam os Tai-ping como victoriosos em toda a provincia de Gan-Hoei, e resoluídos a invadirem as provincias de Houan e de Chantoung, onde a sua bandeira ainda não flactua. O imperador tratou de mandar o general Chan-fing contra os revoltosos; porém este personagem valeu-se da morte de sua mãe para pedir ao imperador uma licença, e escapar assim aos perigos da commissão de que o encarregavam.

«Em geral, os mandarinis militares não querem medir-se com os revoltosos, porém manifestam grandes desejos de se baterem contra os estrangeiros.» (La Presse.)

## NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO  
DO  
INSTITUTO D. LUÍZ  
NA ESCOLA POLYTECHNICA

BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Grados C.	Por 100	Rumos
9 m. 749,48	11,8	60,2	NNO.
3 t. 749,20	13,5	65,2	ENE.

DIA 26.  
Maxima—temperatura..... 14,9 C.  
Minima..... 7,1  
de noite..... 7,5  
Ozone..... 6,0  
Chuva (adometro)..... 0,0 Mil.  
Evaporação (vapormetro)..... 6,4  
Altura barometrica correcta.  
Altitude do barometro 951 metros.  
Temperatura á sombra.

## NOTICIAS COMMERCIAES

### MOVIMENTO MARITIMO

#### BARRA DE LISBOA

Dia 27 de março de 1860

#### EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Olga, escuna russiana, capitão O. Bergh, de Catania em 150 dias, de Malta em 75, e de Gíbral.

tar em 32, com enxofre ao seu consul; 8 pessoas de tripulação. Destina-se para Falmouth, e vem arribada com falta de mantimento.

Brooking, brigue inglez, capitão H. Roper, da Terra Nova em 17 dias, com baellha a G. Ladley & C.; 10 pessoas de tripulação.

Puritano, hiate portuguez, mestre A. G. Tinoco, de Vianna em 48 horas, com milho e encomendas; 8 pessoas de tripulação.

Leopoldina, patacho portuguez, capitão G. J. Leal, do Porto em 24 horas, com lastro a J. B. de Castro & C.; 9 pessoas de tripulação.

#### EMBARCAÇÕES SAIDAS

Nova Esperança, hiate portuguez, mestre A. P. da Luz, para Setubal, com assucar e encomendas; 6 pessoas de tripulação e 1 passageira, que é: Maria José, portugueza.

Tagus, paquete inglez a vapor, capitão W. B. Hall, para a barra do Porto, Vigo e Southampton, com fazendas e fruta; 57 pessoas de tripulação, e 43 passageiros.

Eliza Rae, escuna ingleza, capitão J. James, para Faro, em lastro; 6 pessoas de tripulação.

Hope, escuna ingleza, M. M. Donald, para a Terra Nova, com sal e cortiça; 7 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 27 de março de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

### TELEGRAPHIA ELECTRICA

#### BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 27 DE MARÇO DE 1860

Serviço das linhas

Da foz do Douro, do dia 26

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Portuguezes, hiates *Protector*, para Lisboa; *Craveiro 2.º*, para Aveiro; *Primavera*, para Vianna; patacho *Leopoldina*, para Lisboa; rascas *Janota*, para Caminha; *Primavera*, para Vianna. —Patacho inglez *Traveller*, para Leith. —Patacho sueco *Marie*, para Stockholm.

Fôra da barra fica o brigue inglez *Volant*. O mar está bom.—O vento esteve NE. regular e N. forte, agora regular.

De Villa do Conde, do dia 24

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Do dia 25

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

De Vianna do Castello, do dia 26

Entradas — Hiates *Panorama* e *Prudencia*; ambos de Lisboa.

Saíu o cabique *Nugre*, para Aveiro, com milho. Ein Espozendo, no dia 24, entrou o hiate *Rio Cavado*, para a Figueira.

De Gaminha, do dia 26  
Saídas — Hiate *Novo Azevedo*, para S. Martinho. —Rasca *Conceição Nova*, para a Figueira. Mar agitado.—Vento N.

Da Figueira, do dia 26

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar agitado.—Vento NNE.

Da Ericeira, do dia 26

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Vento N.—Mar chão.—Tempo nevoado.

De Setubal, do dia 26

Não entrou embarcação alguma.

Saíu o brigue prussiano *Eleonor*, para Murel, com sal.

Vento NNO. fresco.

De Tavira, do dia 26

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Bom tempo.—Vento NE. bonançoso.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 26

Não entrou nem saiu, nem se avista embarcação alguma.

O mar está bom.—Vento N. regular.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 27 de março de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

### FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 26 de março—3 por cento consolidado a 44,60—3 dito differido a 34,80.  
Em 27 de março—3 por cento consolidado a 44,50—3 dito differido a 34,80.

Bolsa de Paris, em 26 de março—3 por cento francez a 68,55—4 1/2 dito a 96,25.

Em 27 de março—3 por cento francez a 68,85—4 1/2 dito a 96,25.

Bolsa de Londres, em 26 de março—Consolidados de 94 3/8 a 94 3/4.

Em 27 de março—Consolidados de 94 3/8 a 94 1/2.

## AVISOS

### ASYLO DA MENDICIDADE

A administração d'este asylo annuncia que na noite de 31 do corrente (sabbado de ramos) fará, com autorisação superior e annuncia do em.<sup>mo</sup> sr. cardeal patriarcha, um beneficio no real theatro de S. Carlos com as *Vesperas Sicilianas*.

Os srs. assignantes que quizerem ficar com os seus camarotes, ou logares de platá, terão a bondade de assim o declarar ao camaroteiro do dito theatro até ao dia 29 do corrente.

### SOCIEDADE DAS SCIENCIAS MEDICAS DE LISBOA

Quinta-feira 29 de março, pelas sete horas da tarde, haverá sessão.  
Secretaria da sociedade, 27 de março de 1860. —O 1.º secretario, Alves Branco.

### COMPANHIA DAS AGUAS DE LISBOA

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente, visconde de Porto Covo  
Vice-presidente, Francisco da Silva Mello Soares de Freitas

1.º secretario, Possidonio Augusto Possolo Picaluga  
2.º dito Libanio Ribeiro da Silva  
Escrutinador, José dos Prazeres Batalhós  
Dito Antonio Augusto Dias de Freitas.

#### DIRECÇÃO

Alberto Carlos Cerqueira de Faria

Filipe Felgue

Bento Coelho da Fonseca.

SUBSTITUTOS

José Cordeiro Freyo

Antonio Venancio David

Francisco Alberto dos Santos.

Escritorio da companhia das aguas, em 23 de março de 1860.

### ASSOCIAÇÃO DE SOCCORRO E MONTE PIO GERAL DA MARINHA

O ex.<sup>mo</sup> presidente da assemblea geral convida a todos os socios para se reunirem em sessão no dia 1.º de abril, pelas onze horas da manhã, no local do costume, a fim de se proceder á eleição de diversos cargos da associação.—Francisco Rangel de Lima, secretario.

### MONTE PIO DAS SECRETARIAS D'ESTADO

A junta administrativa annuncia que na quinta-feira 29 do corrente mez, pelas duas horas da tarde, terá lugar o pagamento do 1.º rateio das pensões do 1.º semestre de 1860 aos pensionistas d'esta

associação, e continuará o referido pagamento em iguaes dias e horas das seguintes semanas.

É indispensavel a apresentação das certidões de vida e estado.

Lisboa, 21 de março de 1860.—O presidente da junta, *Olympio Joaquim de Oliveira*.

### ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO ESTADO

De ordem do sr. vice-presidente da assemblea geral é convocada a mesma a reunir-se no sabbado 31 do corrente, pelas sete e meia horas da noite, para continuar a discussão de algumas propostas sobre a reforma dos estatutos.

Lisboa e sala da associação, aos 25 de março de 1860.—F. A. M. de Figueiredo, secretario da mesa.

### ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES

É convocada a assemblea geral a reunir quarta-feira 28 do corrente, pelas sete e meia horas da noite, no local das suas sessões. Ordem da noite: eleição da commissão administrativa, e continuação de trabalhos pendentes.—O secretario, A. A. da Silva Lobo.

### CENTRO PROMOTOR

É convocada a assemblea geral para quinta-feira 29 do corrente, pelas oito horas da noite. Ordem do dia—a mesma da sessão antecedente.—O secretario, J. A. Dias.

### ASSOCIAÇÃO DO THEATRO DA RUA DOS CONDES

São convidados os srs. accionistas que formam o conselho deliberativo da mesma associação a reunirem-se em sessão, no local do costume, na proxima sexta-feira, 30 do corrente, pelas sete horas da tarde, a fim de lhes serem presentes algumas propostas elaboradas pela direcção, e que dizem respeito a melhoramentos de que o theatro carece.

Lisboa, 27 de março de 1860.—O presidente da assemblea geral, *Francisco Vieira da Silva*.

### IMPRENSA NACIONAL

Na imprensa nacional e nas lojas dos seus commissarios, em Lisboa o sr. Lavado, no Porto o sr. Jacinto Pinto da Silva, e em Coimbra o sr. Ornel, vende-se o misaleto ou pequeno caderno com todos os officios matutinos da semana santa, e com das paizões que se lêem no domingo de ramos e sexta-feira santa, em cantochão.—Preço 16000 réis.

## PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

Saíu á luz um folheto, intitulado:

### VIVA O PAPE!

POR D. PEDRO ANTONIO DE ALARCON

TRADUÇÃO DO HESPAÑOL

Preço 40 réis nas lojas do costume.—Vende-se tambem em Coimbra na loja da imprensa da universidade.

### OS PROJECTOS SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES INDUSTRIAL E PESSOAL

Vendem-se nas principaes livrarias de Lisboa, Porto e Coimbra: preço 10 réis.  
É o exame e explicação dos ditos projectos, apresentados á camara pelo ministro da fazenda.

## O MANEL D'ABALLADA

ASSISTINDO Á REPRESENTAÇÃO

DA

### PROBIDADE

SCENA COMICA

POR PEDRO CARLOS DE ALCANTARA CHAVES

REPRESENTADA NO THEATRO DO GYMNASIO

Saíu á luz, e acha-se á venda nas lojas da sr.<sup>a</sup> viuva Marques, rua Augusta n.º 3; sr. Lavado, na mesma rua n.º 8; dita rua n.º 111; sr. João Marques da Silva, rua nova do Carmo n.º 38; e aos Paulistas n.ºs 23 e 24, loja do sr. Baptista.  
Preço 50 réis.

## O MESTRE GASPAR CAVEIRA

(1.ª PARTE)

SCENA COMICA

ORIGINAL DO MESMO AUCTOR

REPRESENTADA NO THEATRO DA RUA DOS CONDES

Saíu tambem á luz, e acha-se á venda nas lojas acima indicadas.  
Preço 50 réis.

## UM ACTOR PASSANDO O BENEFICIO

SCENA COMICA DO MESMO AUCTOR

REPRESENTADA NO THEATRO DA RUA DOS CONDES

Vende-se nas mesmas lojas.  
Preço 50 réis.

## O SENHOR GASPAR CAVEIRA

ASSISTINDO AOS FESTEJOS REAIS

(2.ª PARTE)

SCENA COMICA